

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

10 a 16 de Maio de 1992 Nº 37

ANGOLA: MPLA em seu III Congresso extraordinário.

O Congresso do MPLA, que teve lugar em Luanda, entre os dias 07 e 12 de maio, contou com a participação de mais de 80 delegados, do país e do exterior. A proposta inicial compreendia o debate acerca da atual situação do país e a nova política a ser adotada pelo partido. Entretanto, esta pauta camuflava a verdadeira discussão a ser travada: a renovação do MPLA. No centro desta discussão estava a criação ou não do cargo de vice-presidente do Partido a ser preenchido por Daniel Chipenda. Esta articulação já havia sido promovida em fins de 91, entre o antigo líder da revolta do leste e o presidente José Eduardo.

No entanto, com o início do congresso tornou-se muito clara a discordância em relação a criação da vice-presidência, por parte dos quadros mais "duros" ou ortodoxos existentes na direção. A surpresa foi a atitude de Marcolino Moco, tido como um dos mais influentes renovadores do Partido, que considerou "não oportuna" a criação do cargo e justificou tal postura invocando entre outros fatores, a falta de tempo para consultar as bases. No entanto não podemos esquecer que um dos trunfos apresentados por Chipenda é o bom trânsito, que ele possui nas demais regiões do país, inclusive no sul, onde estaria também a força de Marcolino Moco. Esse grupo foi o responsável também pelo corte de alguns nomes, considerados progressistas da lista de ampliação do Comitê Central.

As decisões iniciais foram: a não criação do cargo de vice-presidente, a ampliação do Comitê Central (passando de 130 para 180 membros) e a retirada da designação "Partido dos Trabalhadores". Mesmo com as decisões que foram tomadas, Chipenda afirmou que não foi derrotado, pois a abertura obtida neste congresso para a chamada família MPLA poderá constitu-

ir o início de um processo mais abrangente. Esta resposta, que foi dada a agência Lusa, pode não conter todas as implicações desta articulação política, visto que, no último dia do congresso foi promovido um encontro entre o presidente Eduardo dos Santos e os apoiantes do grupo família MPLA, Mendes de Carvalho e Júlio de Almeida. Após esse encontro passou-se a admitir a promoção de Chipenda ao Bureau Político e a sua nomeação para o gabinete eleitoral do Partido. O presidente Eduardo dos Santos tem mostrado sinais de habilidade na preparação do partido para as eleições e certamente sabe o potencial eleitoral de Daniel Chipenda, especialmente no sul, e da família MPLA. (pp. 01 a 08)

NESTA EDIÇÃO:

Eduardo Palaio escreve sobre a atuação da PIDE em Angola
p.07

Instituto Superior de Engenharia em Cabo Verde
p.09

Projeto de desenvolvimento industrial em Moçambique
p.10

Deputado são-tomense defende associação com Portugal
p.11

Chefe do serviço secreto militar sul-africano teria ordenado assassinatos de opositores do apartheid
p.12

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro – Brasil Cep: 20011.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: Outros impasses ainda poderão se suceder.

Norberto Costa Alegre, do Partido da Convergência Democrática (PCD) ainda não teve confirmada sua indicação para primeiro-ministro. Qualquer decisão que venha finalizar o impasse político-jurídico depende das apreciações de dois juristas portugueses que estão analisando as diferentes interpretações da Constituição são-tomense. Esta, redigida a partir de um modelo próximo ao português, estaria gerando discordâncias jurídicas devido à histórica divergência que naquele pequeno país, desde a independência, dividiu os seguidores de uma prática constitucional herdada de Portugal e outra adquirida em França. Outro motivo que estaria alimentando o impasse seria a permanência de antigas animosidades pessoais surgidas desde a transição para a independência.

Diante desta crise observamos que além do fortalecimento dos laços de São Tomé com Portugal, suscitaram-se alguns posicionamentos ideológicos sobre a viabilidade do país. Um deputado e empresário são-tomense, devido à grande falta de administradores, classifica de "descalabro" a gestão do país após a independência. A temida inviabilidade econômica seria, segundo ele, solucionada pela via de uma associação com a ex-potência colonial, interligação que manteria, surpreendentemente, a identidade e a independência de São Tomé.

Mas, voltemos à possível indicação de Norberto Costa Alegre. Ele teria ao seu lado o apoio do Banco Mundial para prosseguir a aplicação do plano de reajustamento estrutural e a busca da renegociação da dívida externa. É essencial, portanto, que todo esse processo seja solucionado sem sobresaltos. Contudo, as próximas eleições de 20 de janeiro poderão alimentar novos impasses. (pp. 10, 11 e 12)

PORTUGAL/PALOP: Regras para a privatização angolana.

Segundo Luís Tibério, correspondente do jornal Expresso em Luanda, uma comissão composta por técnicos da Universidade Católica e do Ministério da Indústria e Energia de Portugal irá preparar um estudo que servirá de base à elaboração das regras do processo de privatização da indústria angolana. Este estudo diz respeito à formulação da política industrial, delimitando, particularmente, as áreas que permaneceriam sob o controle estatal, e definindo as linhas de uma política para as pequenas e médias empresas. A avaliação das empresas, no entanto, permanece fora da alçada da comissão, ficando a cargo de empresas de auditoria já contratadas pelo governo angolano. Ainda em Angola, foi divulgado, também por Tibério, que a Petrogal, empresa petrolífera portuguesa, estuda a possibilidade de entrar na Sonangol, empresa petrolífera angolana, cuja reestruturação estaria em vias de ser implementada. No momento, existe uma associação entre as empresas na área de distribuição de combustíveis; tendo sido já constituída em Angola a Sonangal, que conta com 51% de capital da Sonangol e 49% da Petrogal, futuramente a Sonangol adquirirá 49% da Sopor, empresa controlada pela Petrogal. A Sonangol prepara-se atualmente para tomar parte na privatização da empresa portuguesa; 19% das cotas podem vir a passar ao controle da empresa angolana.

Outros fatos de destaque são a boa posição que sustenta em Angola a fábrica de mobiliário Lello FOC (tendo oferecido todo o mobiliário necessário ao funcionamento da escola de oficiais do Huambo, onde serão formados os quadros do novo exército angolano, prepara-se neste momento para equipar os centros de formação e reciclagem dos militares angolanos desmobilizados) e constituição, na Guiné-Bissau, de uma empresa que produzirá e comercializará os produtos da CIN neste país. (pp. 1, 4 e 9)

O congresso do MPLA

Gustavo Costa
em LUANDA

CONSULTAS de última hora mantidas quinta-feira entre o Presidente Eduardo dos Santos e representantes do Grupo de Reflexão para a chamada reunificação da «família do MPLA» parecem ter determinado a adopção de uma estratégia de concertação em torno da controversa criação do cargo de vice-presidente, durante os trabalhos do III Congresso extraordinário do MPLA, que amanhã deverá terminar em Luanda. A criação de três vice-presidências parecia ter algum consenso, mas ontem havia ainda uma grande margem de delegados indecisos.

Lopo do Nascimento, dado como principal candidato do MPLA ao cargo de primeiro-ministro nas eleições legislativas, Kundi Paima, governador de Luanda, e Daniel Chipenda figuravam como os três candidatos a vice-presidentes.

O Comité Central do MPLA, no espaço de um mês e por duas vezes consecutivas, rejeitara a existência de um único vice-presidente, que teria como principal candidato Daniel Chipenda. O «grupo de reflexão», constituído por uma massa significativa de intelectuais e militantes anteriormente afastados da organização, ao reunir-se extraordinariamente quarta-feira à noite mostrara-se inflexível nas suas propostas, permanecendo até ontem a eminência de uma ruptura entre as duas partes.

No final de 1991, era dado como certo o estabelecimento de um acordo tácito entre o antigo líder da revolta do Leste e Eduardo dos Santos, que, segundo um elemento do Grupo de Reflexão, apoiava Chipenda para a vice-presidência do partido e este abdicava da sua candidatura às eleições presidenciais como independente.

Nas duas últimas reuniões do Comité Central do MPLA, o Presidente não teria, segundo fonte deste partido, conseguido toronar os obstáculos a essas propostas, lançando a incerteza quanto ao futuro político de um Daniel Chipenda pouco apostado em ocupar um lugar subalterno.

Eduardo dos Santos «crítica» UNITA

A grande surpresa veio de Marcolino Moco, um dos mais influentes renovadores do MPLA, que em vésperas do Congresso desferiu um ataque contra o Grupo de Reflexão, classificando-o como «um grupo de intelectuais minoritário, baseado em Luanda». Moco apresentou-se, assim, como um dos principais adversários da acção

de Chipenda. Uma posição que no meio político luandense faz reacear «um perigoso conflito de gerações».

Nos bastidores do Congresso parece ter-se instalado um clima psicológico desfavorável a Chipenda, tido nos meios conservadores do MPLA como «possível ponto de discórdia que não pode ser invalidado acima do seu valor».

A ausência de qualquer referência ao assunto no discurso de abertura de José Eduardo dos Santos foi vista por alguns como um apoio às teses mais conservadoras. Fontes próximas do Presidente apontam, porém, razões de ordem tática: «O Presidente pretendeu, primeiro, medir a temperatura do ambiente e no momento ideal saberá aplicar a terapêutica que melhor servirá os interesses das duas partes», prognosticou um delegado.

Nos meios mais moderados do MPLA, a esperança viria, depois da acção de concertação promovida à última hora junto de Eduardo dos Santos por Mendes Carvalho, embaixador na Polónia, e Júlio de Almeida, professor universitário e antigo comandante das FAPLA, ambos membros do Grupo de Reflexão. Foi uma tentativa de encontrar «uma solução interna consensual, de forma a não criar um clima de instabilidade que favoreça os nossos adversários, principalmente a UNITA», disse uma fonte do Grupo de Reflexão. Este primeiro braço-de-ferro transformou aquele grupo na primeira grande tendência do MPLA cuja institucionalização estava prevista para a sessão de ontem.

Apesar deste clima de reservas e desconfiança mútuas, o Presidente Eduardo dos Santos preferiu acentuar as suas preocupações no «revivimento das esperanças dos que começam a duvidar do futuro de Angola», endurecendo as suas críticas sobre aqueles que «pretendem enganar e intimidar o povo, fazendo crer que é na ameaça e no uso da força que reside o poder e a razão». Esta referência tem um óbvio destinatário: a UNITA cujo discurso xenófobo proferido na semana passada pelo seu líder em Benguela provocou o pânico no seio da comunidade estrangeira, depois da onda de criminalidade em que morreram seis portu-
gueses, um francês e um santomense.

gueses, um francês e um santomense.

A alegada intimidação de eleitores favoráveis ao MPLA é tida por Eduardo dos Santos como a próxima acção de força dos rebeldes que, segundo fontes da UNAVEM, percorrem diariamente o interior do país e poderão estar a proceder ao acantonamento de potenciais eleitores, ao mesmo tempo que a tentativa de fraude etária estimulada igualmente em Benguela por Jonas Savimbi poderá levar o MPLA durante este congresso a instruir o Governo no sentido de elaborar «medidas preventivas complementares».

É para o meio rural, onde o MPLA tem um claro défice de activismo político relativamente à UNITA, que Eduardo dos Santos pretende enviar o MPLA num «papel integrador e mobilizador de todas as sensibilidades da nação», apelando aos seus dirigentes para que abandonem «a comodidade dos gabinetes e das salas de reuniões».

Por detrás do triunfalismo do MPLA crescem, entretanto, receios no seio da população sobre uma possível violência pré-eleitoral, um clima que Eduardo dos Santos parece empenhado em evitar, apostando, ao mesmo tempo, no estabelecimento da paz também em Cabinda, antes de Setembro, «agora que as posições estão a ser melhor compreendidas por todas as tendências da FLEC».

Angola: Construções Técnicas e OPCA formam ACE

DUAS empresas controladas pela «holding» sectorial Metropolitana do grupo Interfina, a Construções Técnicas e OPCA, acabam de constituir um agrupamento complementar de empresas (ACE) destinado prioritariamente ao mercado angolano, mas cuja área de actuação se poderá estender a outros países. Segundo informações recolhidas pelo EXPRESSO, o ACE denominado Technopca tem já em carteira um conjunto de 14 obras, designadamente em Cabinda, Benguela e Luanda.

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

FOC reforça-se nos Palop

O GRUPO FOC, que controla em Angola a fábrica de mobiliário Lello FOC — unidade que se manteve em laboração plena nos últimos 18 anos e que produz mobiliário escolar a partir de matéria-prima local —, acaba de oferecer todo o mobiliário necessário ao funcionamento da escola de oficiais de Huambo, onde vão ser formados os quadros do novo exército angolano. Esta oferta, anunciada pelo administrador-delegado da FOC, Borges de Castro, surge na sequência de uma visita que uma delegação militar conjunta da UNITA e MPLA efectuou à unidade fabril do grupo situada em Mafra.

Simultaneamente, o grupo prepara-se para equipar os centros de formação e reciclagem dos militares angolanos desmobilizados ao abrigo dos acordos de paz do Estoril.

No âmbito da cooperação com as autoridades angolanas o grupo estuda agora a criação de entrepostos afiançados na ex-colónia portuguesa, dirigidos ao sector doméstico e de

escritório, tendo em vista a dinamização do mercado local.

Ainda nos Palop, a FOC pretende ver alargada a sua actividade a Moçambique e Cabo Verde, cujos respectivos ministros da Educação visitaram esta semana a unidade fabril da Foc Escolar, em Alfragide.

Segundo Borges de Castro, o «excelente relacionamento» que se verifica entre o grupo e as autoridades dos três países de língua oficial portuguesa permitem boas perspectivas nestes mercados, estando actualmente em estudo a instalação de redes de centros ambulatoriais de formação profissional, a maioria dos quais funcionará em unidades móveis especialmente equipadas para o efeito.

Com um capital de 650 mil contos, o grupo Foc é controlado em 90 por cento pela família Borges de Castro, cabendo os restantes 10 por cento aos irmãos Osório de Castro, fundadores da empresa há mais de 60 anos. O grupo facturou em 1991 cerca de 3,3 milhões de contos.

A.E.Q.

MPLA em Congresso

O MPLA inicia, amanhã em Luanda, o seu III Congresso extraordinário para definir uma estratégia eleitoral e adequar estatutos e programa à "nova realidade do país".

Mais de 600 delegados, do país e do estrangeiro, debaterão a actual situação do país e a nova linha política do partido governamental angolano. Não se esperam revisões drásticas, mas uma acentuação do "espírito de abertura" que possa reforçar a sua base eleitoral. Admite-se um alargamento do Comité Central (actualmente com 130 membros) e algumas mudanças de personalidades, sendo certa a abolição definitiva da designação "Partido do Trabalho" do nome do partido.

Congresso do MPLA

Luta de bastidores pela vice-presidência

Luzia Ribeiro*, em Luanda

Um veemente apelo de José Eduardo dos Santos à mobilização dos militantes para as eleições de Setembro e uma guerra surda em torno da criação duma vice-presidência marcaram a abertura do congresso do MPLA. No centro da disputa está Daniel Chipenda. E, no fundo do conflito, o problema da renovação do partido.

Na abertura do III Congresso extraordinário do MPLA, ontem em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos apelou à imediata mobilização dos militantes "em todas as frentes" para que o partido governamental possa ganhar as eleições de Setembro.

Perante os mais de 600 delegados vindos de todo o país e do estrangeiro, o Presidente incitou os quadros do partido "a abandonar o conforto dos ministérios" para fazerem campanha junto do povo, nas aldeias e nas cidades.

Numa evidente alusão à UNITA, advertiu contra "os demagogos e populistas" que, através de "falsas promessas de vida fácil", não escondem a sua "sede de sangue e vingança", para reafirmar que só o MPLA estaria apto a garantir a continuidade das reformas políticas e económicas em curso.

Mas, a nota dominante do primeiro dia do congresso foi a proposta de criação duma vice-presidência do MPLA e a aparente saída irrevogável dos "jovens turcos" da lista para alargamento do Comité Central.

Negociações de última hora no âmbito do chamado "Grupo de Reflexão" da "Família do MPLA" levaram à comparência no Congresso do candidato mais provável ao cargo de vice-presidente, ainda por criar, o histórico Daniel Chipenda, que chefiou nos anos 70 a facção da "Revolta do Leste" contra a então muito disputada chefia do Presidente Agostinho Neto.

Parte da lista de 16 nomes propostos pelo Comité Central em funções para o seu alargamento foi, entretanto, "riscada", sobretudo um núcleo aqui referenciado de "jovens turcos", em processo de emergência no partido. Este grupo foi activo na renovação e rejuvenescimento das suas fileiras, pelo trabalho desenvolvido no recente processo de remodelação.

Entre os nomes referenciados à agência Lusa, incluem-se as juristas Luzia Sebastião (mulher do ministro do Interior) e Júlia Ornelas, Angela Bragança, do Instituto Nacional da Criança, e João Melo, poeta recentemente regressado do Brasil.

Fontes diversas disseram à Lusa que a questão da vice-presidência surgiu agudizada na véspera do Congresso, quando durante uma audiência com o Presidente José Eduardo dos Santos, tanto Daniel Chipenda, como Agostinho Mendes de Carvalho, dois "velhos" do MPLA propostos para o novo Comité Central pela actual direcção, obtiveram a repetida recusa para a ideia da criação da vice-presidência.

PUBLICO
QUARTA-FEIRA, 8 MAIO 1988

O tom "eleitoralista" do congresso é dado pelo próprio lema que os seus organizadores escolheram — "MPLA no coração" — inspirado numa canção de grande êxito ("Angola no Coração") que pretende dar a imagem dum partido novo e dum Estado despartidarizado.

Mas o espírito de abertura não impede a escalada do combate político. O Governo de Luanda desencadeou ontem um violento ataque ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, acusando-o de apelar à "fraude eleitoral" e de continuar a atacar os estrangeiros. Num comício em Benguela, durante o fim-de-semana, Savimbi pediu aos jovens que "crescessem depressa" para se poderem recensear votar e denunciarem os privilégios dos estrangeiros perguntando porque não ficavam eles nas suas terras.

Savimbi acusa a CIA

Na sua edição de ontem, o "New York Times" reabre o dossier Wilson Santos-Tito Chingundji, revelando passagens da resposta da carta de resposta de Savimbi ao secretário de Estado James Baker sobre a morte daqueles dois dirigentes do movimento. Segundo o "Times", Savimbi afirma que Chingundji o tentou derrubar e que terá sido apoiado pela CIA nessa conspiração, mas continua a atribuir a execução dos dissidentes a Nzau Puna. Num artigo assinado por Clifford Kraus, o "Times" sublinha que esta troca de correspondência reflecte uma tensão crescente entre a UNITA e os EUA e suscita novas dúvidas sobre o futuro do processo de paz em Angola. Savimbi alega ainda Wilson

Santos e Chingundji planearam, em 1988, fazer uma aliança entre o MPLA e elementos da UNITA para o derrubarem e depois chegarem a um acordo de paz.

Tanto o secretário de Estado adjunto para África, Herman Cohen, como a CIA se recusaram comentar para o "New York Times" as afirmações de Savimbi. ■

Segundo algumas fontes, a ideia da vice-presidência — proposta do "Grupo de Reflexão" — teve aceitação posterior por parte da camada mais jovem dos activistas do partido.

Pretendia-se com ela aliviar de funções o presidente do partido, José Eduardo dos Santos, que é cumulativamente chefe de Estado e de Governo, comandante-chefe das Forças Armadas e o principal parceiro directo do processo de paz em aplicação no país, numa lista vasta de títulos e funções.

Por outro lado, a "subida por cima" de Chipenda seria tanto o reconhecimento do seu historial, quanto a vénia devida a um potencial agitador de eleitorado em faixas de grande acção partidária pelo principal adversário político do MPLA, a UNITA, sobretudo no Leste do país.

A ideia, inicialmente ventilada de forma muito positiva em círculos políticos do MPLA, acabou por ser derrotada aparentemente nos seus bastidores executivos pela chamada "ala dura" do Bureau Político.

Segundo um "jovem turco", no entanto, o panorama inicial do III Congresso do MPLA "não é tão dramático como o pintam, basta que se regule a questão das tendências, já reconhecida estatutariamente".

"Nem todos estão contra Chipenda", disse à Lusa uma fonte, "o combate à sua entrada (para vice-presidente) foi dirigido, por exemplo, por Roberto de Almeida". Este membro da liderança do MPLA teve durante longo período a seu cargo a observância da linha ideológica do partido, entretanto reformulada.

Segundo uma fonte próxima de Chipenda, "ele agora vai jogar no tudo ou nada", já não pode "voltar atrás" na luta interna das fileiras em que se conjugam a velha guarda do partido, os recém mobilizados no âmbito da "Família" e a camada mais jovem.

Este último sector considera que o partido está "anquilosado, fixado na psicose da UNITA e sem fazer trabalho nenhum" de propaganda e activismo partidário no "país real".

"Mas o que é que 30 (os possíveis defensores da reforma da direcção do partido, pelo "Grupo de Reflexão") podem fazer no meio de 600 delegados?", disse à Lusa uma fonte.

"Sabemos que já houve jogos de bastidores, para abafar esta questão. Aparecermos para alargar o âmbito do partido e, agora, parece que nos querem fazer passar por oposição ao MPLA e já não como membros da sua grande 'Família'".

Chipenda está simplesmente proposto para membro do próximo Comité Central alargado para 180 membros (actualmente o CC tem 130 lugares), mas, segundo fonte próxima deste dirigente, ele não aceitará somente essa parcela do novo figurino do partido.

A sua disposição aparente será de esperar para ver como corre o debate sobre a vice-presidência, remetido para a questão da reforma dos estatutos.

Uma fonte partidária, experiente nos fluxos e refluxos das dissidências e adesões intrapartidárias da história recente do país, disse à Lusa que "ele (Chipenda) pode talvez tentar actuar sozinho, mas sozinho aqui não se pode fazer nada". ■

*da agência Lusa

Chipenda promovido mas sem vice-presidência

PÚBLICO 7 MARÇO 1992

DEVERA terminar hoje em Luanda o III Congresso extraordinário do MPLA, com a apresentação de um Comité Central alargado, com 180 membros, e o anúncio de novo programa e dos novos estatutos, além de diversas resoluções sobre o processo de paz. O nome do partido perdeu a designação "Partido do Trabalho", regressando assim à sua formulação inicial — Movimento Popular de Libertação de Angola.

Os debates mais vivos do congresso centraram-se na criação do cargo de vice-presidente e no papel a desempenhar por Daniel Chipenda, uma figura histórica do partido e antigo líder da "Revolução de Leste", uma ala dissidente do MPLA. Mas a direcção do partido considerou "não oportuna" a criação do cargo, decidindo que o secretário-geral Marcelino Moco justificou invocando, entre outros factores, a falta de tempo para consultá-lo às bases.

No entanto, Daniel Chipenda "desempenhara no seu dia a função de partido um papel bastante importante", afirmou Luiza João Lourenço, porta-voz do congresso.

Por seu lado, Chipenda considera que não foi derrotado no processo. Disse a Luiza que "não foi uma derrota porque a vice-presidência acabou por a minha ideia". E acrescentou que "a abertura" feita neste congresso é chamada família do MPLA poderá constituir o começo dessa abertura que queríamos que se alargue a toda a família".

Admite-se que Chipenda, além de membro do Comité Central, possa vir a ser promovido ao Bureau Político, ou ser ainda nomeado para dirigir o gabinete eleitoral do

MPLA. Mas, segundo outras fontes citadas pela Luiza, este último cargo poderá vir a ser diluído numa estrutura colegial de que fazem parte nomeadamente um dos actuais homens fortes do partido, Lopo de Nascimento, que abandonou recentemente o Governo para coordenar a campanha eleitoral.

Nascido no Lobito, mas sendo "realmente de Huambo", Chipenda está que estuda "a vontade em qualquer parte do país", tendo combatido de Cabinda até ao Leste. É visto como um trunfo do MPLA para disputar à UNITA os votos do eleitorado das províncias do centro, de Luanda e do norte.

Conselho Eleitoral entra em funções

Um importante passo no sentido da concretização do processo eleitoral de Setembro próximo foi dado no sábado com a posse dos membros do Conselho Nacional Eleitoral, cuja nomeação era esperada desde Janeiro e foi aturada por divergências quanto à sua composição.

Preside ao CNE o juiz António Pinto Cordeiro de Sousa. O lugar-chave de director-geral será ocupado por Oreste Martins dos Santos, militante da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e que recebeu o consentimento dos diferentes partidos. O anterior nome indigitado, o embaixador Luís de Almeida, foi rejeitado por partidos da oposição.

Integram o CNE personalidades indicadas pelo Presidente, representantes dos partidos já representados e delegados dos ministérios dos Estrangeiros e da Administração do Território.

Cardal não quis revista católica com entrevista do Presidente

Eduardo dos Santos elogia Igreja

QUINTA-FEIRA 7 MARÇO 1992

PÚBLICO

António Marujo

As "únicas ameaças" ao processo de paz em Angola "só poderão derivar da desonestidade e má-fé dos interventores" no processo político daquele país, na convicção do Presidente José Eduardo dos Santos expressa numa pequena entrevista, ontem publicada no número de Maio do jornal "Acção Missionária", dos Missionários do Espírito Santo.

As respostas de Eduardo dos Santos ao correspondente do jornal em Angola, dadas por escrito, seguem-se a uma entrevista do líder da UNITA, Jonas Savimbi, ao número de Fevereiro do "Acção Missionária" (ver PÚBLICO de 5 de Março 1992), com o mesmo questionário. Já em Janeiro, a edição portuguesa de outra publicação católica, a revista "Família Cristã", inseria uma pequena entrevista do Presidente angolano num dossier mais vasto sobre a situação em Angola.

Na entrevista agora publicada, Eduardo dos Santos afirma que os "Acordos de Bicesse criaram os mecanismos adequados para resolver litígios e desencorajar violações". Considerando a paz como irreversível, o Presidente diz que os angolanos "estão cansados da guerra longa e dolorosa que tiveram de sofrer".

Mas é sobre a Igreja Católica que incide a maior parte da entrevista, como já acontecera nos casos anteriores, em que era notória a vontade dos dois líderes angolanos se aproximarem da estrutura eclesial.

"A Igreja Católica foi, nestes 16 anos de guerra, uma das poucas forças organizadas a manter viva a esperança das populações numa solução pacífica do conflito", afirma.

Na entrevista de Fevereiro, Savimbi elogiara também a posição "muito corajosa" da Igreja, dizendo que ela "esteve na vanguarda em denunciar os males". Eduardo dos Santos afirma, agora, que, "pela sua acção constante em defesa de princípios que valoram acima de tudo o respeito pela vida humana e pela sua enorme influência junto das populações, a Igreja Católica foi assim, nestes tempos de trevas, uma luz pacificadora por excelência".

Interferências...

O Presidente angolano refere-se, depois, ao papel das Igrejas no actual momento da vida do seu país, considerando-as "indispensáveis para a revalorização da vida espiritual e para uma verdadeira reconciliação da família angolana".

Em relação ao futuro, Eduardo dos Santos garante que, caso se candidate e ganhe as eleições, continuará a "pugnar para que as Igrejas possam desenvolver a sua acção em plena liberdade, num plano de franca harmonia e colaboração com o Estado e a sociedade civil".

Savimbi, por seu turno, dissera que não iria interferir "em nada na vida da Igreja", sabendo, ao mesmo tempo, a "outra vocação" da Igreja em Angola — "o ensino, a saúde, a preparação dos quadros" — e adiantando que ela deveria, para a concretizar, "receber todo o apoio que o governo pudesse dar".

Na entrevista que agora sai a público, o Presidente de Angola fala também dos direitos humanos no país. "Sempre procurámos, no que diz respeito ao Governo e às Forças Armadas, que as populações inocentes fossem mantidas à margem do conflito armado", diz, para acrescentar que "já não se tem aplicado a pena de morte, que pretendemos abolir brevemente".

... e indicações

O PÚBLICO apurou, entretanto, junto de duas fontes angolanas bem colocadas, que o arcebispo de Luanda, cardeal Alexandre do Nascimento, terá dado indicações

para que a revista "Família Cristã", de Janeiro, com a entrevista a Eduardo dos Santos, não circulasse através das paróquias de Luanda 50 mil exemplares daquele número foram encomendados pelo Ministério angolano da Informação. Segundo as nossas fontes, o cardeal não quis que as paróquias da sua diocese servissem de canal para a distribuição.

A notícia deste gesto de Alexandre do Nascimento — que os editores da revista em Lisboa afirmam desconhecer — foi considerada "estranha" pelo padre Agostinho França, director da edição portuguesa da "Família Cristã". De facto, é conhecida a maior simpatia do cardeal pelo Presidente angolano, atendendo até ao facto de, ainda antes de ser nomeado arcebispo de Luanda, Alexandre do Nascimento ter sido sequestrado pela UNITA.

Segundo soubemos, a representação da UNITA em Lisboa também se mostrou desagradada pela publicação da entrevista. A atitude do cardeal, embora não directamente causada pela pressão do partido de Jonas Savimbi, quereria afirmar, deste modo, um distanciamento da hierarquia católica em relação aos dois principais adversários nas eleições que se avizinham.

As bodas do Presidente

Um outro acontecimento de âmbito social é também significativo: Eduardo dos Santos está a preparar, ao que parece com grande pompa, o seu casamento católico. Tudo aponta para que tal se verifique antes da visita do Papa ao país, que decorrerá dentro de um mês, entre 4 e 10 de Junho próximo, à semelhança, aliás, do que aconteceu com Aristides Pereira, em Cabo Verde.

Com o casamento católico, Eduardo dos Santos tenta jogar mais uma cartada na sua aproximação à Igreja, a somar ao baptizado do filho Eduane, em Dezembro último, e ao início da transmissão da missa dominical, pela televisão angolana, em Março. Com as eleições à porta, os políticos acabam, com estas atitudes, por fortalecer o peso institucional da Igreja angolana, potencialmente influente junto de metade da população do país. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA 5 MARÇO 1992

Relações com os países ACP no sector da energia discutidas em Luanda

A vez dos produtores de petróleo

A COMISSÃO Europeia reagiu ontem favoravelmente a uma proposta apresentada pelo primeiro-ministro angolano, Francisco Van Dunem, para a criação de um mecanismo financeiro destinado a compensar os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) exportadores de petróleo das flutuações de preço do mercado internacional.

A proposta de Van Dunem foi apresentada durante a sessão inaugural da Conferência ACP-CE sobre o Petróleo e o Gás Natural, que amanhã termina em Luanda e que conta com a presença de muitas dezenas de representantes tanto dos países ACP e da Comunidade Europeia, como da indústria petrolífera e das instituições financeiras internacionais.

A proposta "não caiu em castor roto", afirmou António Cardoso e Cunha, comissário europeu responsável pela política energética dos Dece e o promotor da conferência, que encabou a sua discussão "justificável" ao quadro das novas relações de cooperação que deverão ser estabelecidas no sector da energia. As receitas do petróleo, não a garantia do desenvolvimento futuro dos países exportadores,

reconheceu ainda o comissário, defendendo a urgência de se evitarem os "ciclos perversos" das flutuações dos preços.

O mecanismo proposto por Van Dunem seria uma réplica de dois instrumentos actualmente em vigor no seno da Convenção de Lomé, que enquadra as relações de cooperação entre a CE e os países ACP: o Stabex e o Symita, que compensam, respectivamente, as quebras nas receitas de exportação de matérias-primas e de minérios.

Uma anterior tentativa de criação de um mecanismo deste tipo pelos países ACP, durante as negociações que levaram à assinatura da IV Convenção de Lomé, que vigorará até ao ano 2000, foi ignorada pelos Dece, que permitiram em conferência ao sector energético um lugar secundário na sua cooperação com esta zona do mundo.

Segundo Van Dunem, as primeiras vertidas da Convenção de Lomé estiveram centradas na busca de alternativas para os países fortemente dependentes das importações de petróleo. "Os produtores eram considerados privilegiados, uma vez que petróleo era sinónimo de recursos que lhes permitiriam superar os problemas económicos estruturais", afirmou.

"Ora, os países produtores são penalizados pelos volumes investidos necessariamente para a extração de petróleo, que têm de ser reembolsados independentemente dos preços praticados no mercado mundial", defendeu o primeiro-ministro angolano.

Na opinião de Van Dunem, as novas relações de cooperação da CE neste sector deverão passar pelo assentamento técnico aos países produtores, na inventariação dos recursos e na sua exploração nacional, em simultâneo com a criação deste novo instrumento financeiro, para os "ajudar a passar os tempos das vacas magras".

Dos 58 países ACP, seis são exportadores de petróleo — Nigéria, Angola, Gabão, Congo e Camarões no continente africano, e Trinidad e Tobago nas Caraíbas —, representando dois por cento das reservas mundiais e cinco por cento de actual produção de bruto. O maior exportador, a Nigéria, assegura 56 por cento da produção dos ACP, enquanto Angola, em segundo lugar, representa 16 por cento do total. ■

Isabel Arraigo e Cunha, em Luanda

Petrogal vai entrar na Sonangol

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

Luís Tibério
em Luanda

A ENTRADA da Petrogal «num futuro grupo empresarial a constituir pela Sonangol vai ser, tudo o indica, a sequência lógica da participação da petrolífera angolana na privatização da empresa portuguesa» — revelou ao EXPRESSO uma fonte do mercado petrolífero de Angola.

Com a actual legislação de Angola — que não permite o investimento directo estrangeiro em empresas que operam em áreas estratégicas —, a entrada directa na Sonangol está rigorosamente vedada. Um cenário alternativo foi, de qualquer forma, ganhando corpo.

Com a reestruturação prevista para a Sonangol, a empresa deverá evoluir para o desmembramento da estrutura existente e avançar para a constituição de um grupo. E é numa das empresas da «holding» que se perfila já a concretização da entrada da Petrogal.

Neste momento, a associação de interesses passa por um «interface» de negócios na área da distribuição de combustíveis — o segmento de mercado que a Petrogal quer privilegiar —, com expressão em duas sociedades de capitais mistos. Em Angola, foi constituída a Sonangalp (com 51% de capital da Sonangol e 49% da Petrogal) e em Portugal a contrapartida será a entrada (com 49%) da Sonangol na Sopor, uma empresa detida pela Petrogal que, por agora, integra a chamada rede dos «distribuidores domésticos».

Através da Sonangalp, a Petrogal é já o único operador estrangeiro no mercado de distribuição de combustíveis em Angola. Desde Abril, a Sonangalp tem já um posto de distribuição em Luanda, no bairro de Alvalade. Com arranque previsto para o final de Maio, segue-se agora um «mega-posto de abastecimento» na antiga Avenida do Brasil. Com loja de conveniência (inédita na capital angolana) e túnel de lavagem, o «mega-posto» vai ser muito semelhante às áreas de serviço da GALP nas auto-estradas portuguesas.

Em Portugal, a Sonangol prepara-se entretanto para entrar no processo de privatização da Petrogal e assumir o seu direito a negociar uma fatia dos 19 por cento a que convencionou chamar-se «reserva estratégica».

Para partilhar esta «reserva», que o Governo português destina a investidores institucionais, foi durante algum tempo reiterada a hipótese de candidatura da Fundação Calouste Gulbenkian. Os sinais de interesse da Fundação deixaram, porém, de ser sensíveis nos últimos tempos (designadamente a partir das perturbações internas) e fontes ligadas ao processo de privatização da Petrogal admitem agora que a totalidade dos 19 por cento acabe por destinar-se à Sonangol.

Portugueses definem regras das privatizações em Angola

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

AS REGRAS do quadro de privatizações na indústria angolana vão ser definidas a partir de um estudo de uma equipa de técnicos portugueses do Ministério da Indústria e Energia (MIE) e da Universidade Católica, segundo o EXPRESSO apurou em Luanda.

É já no segundo semestre que vai arrancar o «Estudo de formulação de política industrial de Angola», cuja elaboração foi decidida na terça-feira, em Luanda, numa reunião entre o ministro angolano Justino Fernandes e Mira Amaral.

Será um trabalho de organização de política industrial, que, designadamente, tipifica as áreas de negócios que «interessa» manter sob controlo estatal. Fora de causa está, portanto, a actividade específica de avaliação de empresas — da qual, aliás, o Governo angolano já encarregou empresas de auditoria.

O estudo irá também marcar uma aposta no fortalecimento do tecido das PME, com a definição de estratégia para as pequenas e médias empresas, um sector em que o MIE está já a acompanhar a actividade angolana — o IAPMEI está a dar apoio ao seu congénere de Luanda, o INAPEM, tendo mesmo enviado um técnico residente.

Em paralelo à reestrutu-

ração empresarial, será também traçado um quadro da filosofia para a reorganização do próprio Ministério angolano de Indústria, visando dotá-lo de meios para a criação de um «ambiente aberto e concorrencial».

Curiosamente, foi um estudo de Economia Industrial sobre o Leste europeu a estar na origem do acordo agora estabelecido entre Lisboa e o Governo de José Eduardo dos Santos. Uma equipa do Gabinete de Estudos e Planeamento do MIE e da Universidade Católica (com Amado da Silva, Aníbal Santos e João Confraria) elaborou um primeiro estudo sobre as «oportunidades na Europa de Leste» que lhe valeu a «passagem» para, desde Outubro, realizar (sob os auspícios do Banco Mundial) um trabalho de avaliação industrial dos sistemas em transição na Europa: uma análise de cerca de dezena e meia de empresas da Polónia, Hungria e Checoslováquia. Agora, é também sob a égide do Banco Mundial e da UNIDO que a equipa do MIE e da Universidade Católica avança com o estudo industrial angolano.

Luís Tibério
em Luanda

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

Chipenda sobe no MPLA

A CORRENTE afecta a Daniel Chipenda provocou ontem à tarde uma reviravolta no III Congresso Extraordinário do MPLA, que decorre em Luanda, saindo reforçada e isolando a linha liderada pelo actual secretário-geral, Marcolino Moko. Admite-se que Chipenda, que esteve fora do partido de 1975 até há dois anos, tenha actuado em consonância com o presidente José Eduardo dos Santos, prevendo-se que venha a desempenhar um papel de destaque na campanha para as presidenciais, por parte do MPLA. (Ver caderno Internacional).

PÚBLICO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

VICE-PRESIDÊNCIA DO MPLA EM DEBATE — O terceiro Congresso Extraordinário do MPLA terá discutido ontem a questão da vice-presidência, à qual o «histórico» Daniel Chipenda seria o principal candidato, embora subsista oposição à criação daquele cargo. Até ao princípio da noite, porém, nada de concreto se sabia quanto a esta discussão, que poderá passar inclusive pela criação de mais de uma vice-presidência. Um relatório sobre o processo de paz foi entretanto apresentado ao Congresso, acusando a UNITA de continuar «a reactivar os seus paíós» para «assegurar as suas acções de alternativa». Noutro plano, corre com insistência nos meios políticos de Luanda que Onofre dos Santos, da FNLA, poderá ser designado muito em breve presidente da Comissão Nacional Eleitoral.

PÚBLICO, QUARTA-FEIRA, 8 DE MAIO DE 1992

POLÍCIA ANGOLANA PROCURA ASSASSINOS DE PORTUGUESES — A polícia angolana acredita estar «no bom caminho» para a captura dos assassinos dos oito portugueses mortos em Abril nos arredores de Luanda, disse ontem à agência Lusa uma fonte do comando provincial. «As diligências estão a correr satisfatoriamente», disse a mesma fonte. Esperam-se, para o fim desta semana, «dados muitos objectivos e concretos» sobre as mortes do padre Abílio Guerra, do casal Brito Rodrigues e da família Pinto Ribeiro. A fonte policial recusou-se a comentar os rumores que correm em Luanda, segundo os quais um dos presumíveis assassinos do padre Abílio Guerra teria sido capturado em Malange, a cerca de 400 km da capital angolana. Segundo a polícia de Luanda, onze portugueses foram mortos na cidade, entre Janeiro e Abril deste ano.

Angola vive democracia em clima de guerra

Norma Couri

LUANDA — Meio milhão de mortos, 100 mil mutilados e o maior índice de mortalidade infantil do mundo. Este é o saldo da guerra civil que ensanguentou 16 anos da história angolana e formou, com metralhadoras Kalashnikov ou mísseis Stinger, uma geração inteira. Mês que vem, o acordo de paz entre os ex-marxistas do Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e a mistura de ex-maoístas-direitistas da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), faz um ano. Dentro de três meses e meio, os angolanos vão votar pela primeira vez em sua história, dividida entre quase 500 anos da colonização portuguesa e a guerra civil até o ano passado.

O futuro mais provável para este país, que já foi considerado pelos portugueses a Europa da África e tem a economia mais promissora do continente, não é nada justo: guerra outra vez. A África, onde os pesquisadores acreditam ter nascido há dois mil anos a primeira mulher, Eva, que gerou toda a humanidade, vai acabar matando seus filhos um a um — e segundo a representante das Nações Unidas responsável pela paz em Angola, Margareth Anstee, todo mundo tem culpa. "Angola é a Operação Esquecida: as organizações internacionais dispenderam US\$ 116 milhões para garantir a paz, um quarto do que foi gasto na Namíbia e quase vinte vezes menos do que será gasto no Camboja. Angola é a guerra mais barata do mundo."

Este ano de paz foi vivido entre fantasmas, feitiçarias e cadáveres. O número dois da Unita, Nzau Puna, fugiu há dois meses para denunciar seu líder: Jonas Savimbi atira mulheres na fogueira como bruxas, mantém os subordinados prisioneiros do medo no quartel-general de Jamba, no sul do país, e assassina dissidentes, como fez com toda a família de Tito Chigunji, que lhe fazia sombra. Há denúncias de que os soldados da Unita aproveitaram o ano de paz para formar um exército de 20 mil homens com armas que não entregaram nos centros de desmobilização. Estão alinhados na fronteira com a Namíbia, atentos a um grito de guerra.

Desde a semana passada, Luanda está sem água e sem luz, como acontecia no tempo da guerra — uma das provocações da Unita ao governo central. Ninguém visita Jamba, nem mesmo o papa, que vai a Angola em junho: há denúncias de que a Unita esconde prisionei-

ros, que lá ninguém entra nem sai. Por isso, o jornalista britânico Fred Bridgland anulou no mês passado, com uma frase, as 600 páginas que escreveu há cinco anos sobre Savimbi no livro *Uma chave para a África*: "É um mentiroso pior que Idi Amin."

O panorama para o MPLA também está turvo. O governo reconheceu na primeira página do *Jornal de Angola* que todos os dissidentes do partido foram executados há 15 anos: há denúncias de 30 mil mortos. O esfacelamento da União Soviética deixou sem cobertura os 50 mil soldados cubanos que mantinham o regime de José Eduardo dos Santos, e sem justificativa o cadáver embalsamado do líder do MPLA, Agostinho Neto, que estava para ser inumado num mausoléu de Luanda. Deixou ainda sem sentido as palavras de ordem marxistas espalhadas pelos muros da capital.

Os cubanos foram embora, o presidente fez a grande virada, abrindo a economia, tornando a moeda conversível, optando pelo multipartidarismo e até batizando o seu último filho, Eduano Danelo. Resultado: como aconteceu com todos os antigos aliados de Moscou, os ex-marxistas-leninistas estão de pernas para o ar, tentando encontrar o chão até as eleições. A diferença é que o MPLA agrega filhos das cidades que estão desmobilizados e querem paz. A alma da Unita é a população que cresceu nas matas, teve o fuzil como escola e, como reconheceu Savimbi, "está preparada para a guerra, não para a paz".

Não existe recenseamento, ninguém sabe quantos são os eleitores. Margareth Anstee, da ONU, afirma: "A saída é o exército único, mas não há dinheiro para a desmobilização dos guerrilheiros." Os dois generais de patente mais alta, Numa e Mattos, um ex-MPLA e o outro, ex-UNITA, admitem: "Não formamos 50 mil homens até as eleições." O subsecretário de Estado americano para a África, Herman Cohen, assustou-se: "O processo está muito atrasado." Joaquim Pinto dos Santos, terceira força política em Angola, começa a recuar: "Estou convencido que a pior coisa que poderia acontecer em Angola é uma eleição: vai eclodir o caos." O histórico Holden Roberto, da Frente Nacional para a Libertação de Angola, que deu origem à Unita e hoje é a maior oposição a Savimbi, vai mais longe: "O país está à beira da guerra."

JORNAL DO BRASIL

domingo, 10/5/92

O Brasil presente na economia e cultura

O maior investimento de Angola independente foi a hidrelétrica de Canda, que a partir do ano que vem vai resolver o problema energético do país até o ano 2000, ao custo de US\$ 150 bilhões. O primeiro contrato assinado de exploração de diamantes é o projeto Luzamba, com duração de 38 meses e produção estimada em US\$ 1,3 bilhão. Os dois estão nas mãos de brasileiros da Odebrecht, associados ao Estado. Não é uma surpresa a presença de brasileiros nestes dois projetos que superam o volume de investimento estrangeiro no país, pouco mais de US\$ 2 bilhões.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. A crise do Brasil já está resolvendo as comunicações, os supermercados de Açúcar e Disco a carência de alimentos, a Braspetro pleiteando exploração de petróleo em águas profundas e a própria Odebrecht construindo plataformas para a companhia francesa Elf. Mas pelas simpatias o Brasil deveria ter Angola como prioridade. "Nossa cultura está enraizada na África, nosso dia a dia inclui as palavras quitute, quitanda, machumba, camundongo, samba, tanga, caçula, mucama, senzala, e nossa mesa, os pratos xinxim, muqueca, caçuru, dendê", diz o embaixador brasileiro Rui Vasconcelos. O angolano adora as telenovelas brasileiras, os filmes estrangeiros são dublados no Brasil, a música que o presidente José Eduardo dos Santos escolheu para tocar no seu terceiro e último casamento foi *Seu nome*, de Roberto Miranda. O ministro da Informação, Rui Carvalho, vive despachando com expressões de Odorico Paraguassu, se gaba de ter na discoteca discos de Carmem Miranda e Francisco Alves e conta que nos jogos Brasil x URSS da Copa do Mundo Angola torcia para o Brasil. "Criava enormes problemas com nossos aliados", diz Carvalho. Não é surpresa a campanha eleitoral de José Eduardo dos Santos ser feita pelos brasileiros da Propeg, que em Angola se chama Orion, dirigida pelo jornalista Ricardo Noblat. Eles colocaram Antonio Carlos Magalhães no poder, fizeram as camisetas de Collor, mas na África criaram para os ex-marxistas o slogan "Angola no coração" com música de Sá e Guarabira, cantada por Beto Barbosa e pelo angolano Felipe Mukenga (N.C.).

Cenário de devastação e miséria

Faltam água e luz na capital mais cara do mundo

Prédios sem portas ou janelas, luxo nas ruas, telefones que não funcionam e, se funcionassem, não existia catálogo. Faltam água e luz na capital, no interior só há energia duas horas por noite. Não há ônibus, táxis, transporte coletivo. Nem o turista instalado nos melhores hotéis de US\$ 150 ao dia consegue da falta d'água e é aconselhado a beber a banheira de noite. Falta comida, os angolanos pegam jobsira e malária como resfriado. A expectativa de vida é 43 anos. Um quarto da população de 10 milhões de habitantes vive em favelas — *assanques*.

Em Luanda é preciso tomar cuidado com assaltos. Fora de Luanda ninguém deve se deslocar sem ter escolta do governo de um lado, da UNITA do outro. Há um milhão de minas espalhadas pelo interior de Angola. Os cubanos foram embora com o mapa e a UNITA não entrega o seu, ninguém mais sabe onde as minas foram colocadas e calcula-se em 60 anos o tempo da sua desativação.

Os soldados que cresceram na guerra e estão condenados a viver nas cidades com um ordenado ridículo optam pelo banditismo, mais lucrativo. Hoje, como a guerra não

é organizada é mais perigoso viver em Angola do que antes. Se nos últimos três meses, 14 estrangeiros foram assassinados.

Por causa das minas a visão dos mutilados faz parte do panorama. Numa das oficinas de próteses da Cruz Vermelha, o engenheiro ortopédisto sueco Lars Ahlstrand mostra sua produção: 10 mil pernas para os mutilados de Angola. Joana e Marcelina, de 10 e nove anos, apontam como o exército inimigo — no caso a UNITA — atingiu Joana com a bomba, Marcelina com o fuzil, ambas nas pernas.

Nem Paris, nem Londres, a cidade mais cara do mundo é Luanda: nos passado, quando o salário mínimo era 12 mil novos kwanzas, mais ou menos US\$ 80, uma garrafa de água mineral custava 10 mil novos kwanzas. Uma refeição normal pode beirar os US\$ 100. A renda per capita anual é de US\$ 500, o custo de um dia para o visitante. Paga-se preço de primeiro mundo para se desfrutar a visão do *desert*. Angola é um país devastado, terras queimadas e prédios abandonados, onde ratos convivem com os passageiros na sala VIP do aeroporto e as baratas no quarto de US\$ 150. (N.C.)

No Roque Santeiro, a economia informal

A terra queimada por 30 anos de guerra reduziu a produção de café de 110 mil toneladas antes da independência para 5 mil toneladas agora — e a exportação, só nos últimos seis anos, caiu de quase US\$ 55 milhões para menos de US\$ 5 milhões. A guerra também acabou com a produção de trigo, milho, arroz, feijão, batata, banana, açúcar, afetando os 70% da população que até hoje dependem da agricultura. Sem comida, com o cotação oficial do dólar valendo quase 200 vezes menos do que o paralelo, a cerveja e a água funcionando como moeda de troca — com elas se consegue até moradia — o angolano descobriu a verdadeira substância, a Wall Street, seu ministério de economia particular: os mercados livres.

Todos têm nomes de novelas brasileiras. O principal chama-se Roque Santeiro, concentra 1 milhão de pessoas, vende de metralhadoras a automóveis e é ali que a moeda oscila e onde o câmbio é real. Mas há também o Vale Tudo, Os Trapalhões, O Asa Branca, O Bem Amado — 60% da economia do país passam por ali. A economia paralela incluiu no ano passado US\$ 300 milhões em tráfico de diamantes, a *camanga*, pouco mais do que os US\$ 250 milhões de exportação oficial. Os diamantes já fizeram Portugal ocupar um lugar de destaque no comércio mundial antes de 74 e Salazar queria transformar Angola na "capital do império". Hoje os imperadores do tráfico têm suas áreas divididas e fechadas até para a ONU.

Vendida ao preço de US\$ 600, uma presa de elefante pode valer mais de US\$ 6.000 no mercado internacional e há acusações de que a UNITA de Savimbi matou 60 mil elefantes desde que a guerrilha começou. Com as presas, se abasteceu de armas. Os mercados vendem os pelos como pulseira, os pés para biscoitos, a pele para as botas sexonas e a carne, feita de uma tonelada por elefante, para ser cozida, defumada, fervida ou picada. Os mercados vendem ainda madeiras e animais raros como o ébano e os camaleões. Mas a principal fonte de exportação do país há quase 20 anos é o petróleo.

A abertura da economia, as privatizações, a necessidade de baixar a inflação e estabilizar a moeda, a integração ao FMI e ao Banco Mundial habituaram Angola aos choques estilo Brasil. (N.C.)

Portugal levou o que pôde

O livro do 10º aniversário de independência ensina como os colonizadores, detentores da quase totalidade dos meios de produção, abandonaram o país em 1975 depois de 14 anos de guerra nacionalista ferocemente combatida. Os portugueses levaram com eles "tudo o que podiam, deixando para trás instalações subotadas, unidades de produção desativadas, equipamentos e meios de transporte inoperacionais". O fardo de cinco séculos de colonização traduziu-se por 90% de analfabetos, elevadas taxas de mortalidade, péssimas condições de vida.

Desde que Diogo Cao chegou a Angola 18 anos antes de Pedro Álvares Cabral desembarcar no Brasil, os angolanos não tiveram sossego. Foram três séculos de escravidão hoje lembrados no

Museu da Escravidão na Praia de Bopo, de onde os navios negreiros partiam levando mão-de-obra para o Recife, Salvador, Maranhão, Pernambuco, Rio, Nova Orleans, Havana.

A escravidão foi abolida em 1869, o resto da colonização portuguesa não deixou saudades. Salazar, no poder em Portugal por quase meio século, vivia dividido entre ver Angola transformada num segundo Brasil, que expulsou os portugueses e aproveitou as melhorias da colonização, e a síndrome de D. João VI um dia, os portugueses podiam precisar correr para lá. Optou por não deixar nada. Mas 16 anos de guerra civil tornaram a época colonial um *oasis* podia-se descontar um cheque, fazer compras, trabalhar. (N.C.)

Jonas Savimbi e José Eduardo dos Santos

Revanchismo e conciliação se enfrentam

Cinco séculos que a colonização portuguesa gastou tentando destruir as etnias e a cultura angolana estão sendo recuperados por um general negro de 36 anos de origem ovimbundu, que é chamado de Mubutu dos anos 90 pelos inimigos, numa referência ao violento ditador do Zaire, e de pai da nação pela população rural mas pobre do país. Jonas Savimbi baseou todo o seu carisma na recuperação do orgulho do negro, no discurso africanista, no reforço das tribos, na vingança da história do povo ovimbundu — maior grupo étnico de Angola, sempre subjogado. O símbolo da UNITA é a alvorada e o galo negro, a palavra de ordem é "despertar". Usando as imagens mais sensatas da consciência do negro, lutando em seu próprio idioma africano, incitando o povo a reagir e a voar como o galo, Savimbi exerce um fascínio sobre as massas. Ele agita o quel de ouro em forma de máscara forubá e chama pela revolta. Seu discurso tem um fundo racista. Ainda fardado. Com isso mantém um exército mobilizado como ao tempo das guerrilhas. É sem dúvida o melhor jogador do panorama político angolano.

O presidente José Eduardo dos Santos é engenheiro de petróleo formado em Baku, no Azerbaijão, e casado, pela terceira vez, com uma nordestina dos Transportes Aéreos Angolanos. Tem vários filhos das mulheres com quem se casou — uma delas, russa — e deu a uma filha p nome de Welwitschia, flor do deserto angolano. Foi presidente aos 38 anos, faz 50 anos das eleições. É campeão de basquete, toca violão e seu defeito fundamental para Savimbi, é tentar ser o presidente de todos os angolanos. Ele quer transformar o MPLA no primeiro partido democrático do tipo ocidental, e é contra o conceito da negritude: "Angolanos são os brancos, os mulatos e os negros." Tenta superar com transparência a luta ideológica no partido. Ao contrário de Savimbi, seus ministros não são ex-guerrilheiros — o secretário geral do MPLA, Marcolim Moco, nunca pegou em arma. Tem contra ele os 15 anos de partido no poder, a presença estrangeira dos cubanos e o derrocado do império soviético. Mas, até para seus adversários como Joaquim Pinto de Andrade, o presidente surpreendeu pela capacidade de dar a volta por cima. "Se não houver fraude, ganhamos as eleições", diz Santos. Ao contrário de Savimbi, Santos fala em "tempo de paz", "mar de rosas" e em "novos tempos". Seus assessores dizem que o problema do MPLA é fazer uma campanha suíça contra um adversário tribal. (N.C.)

Uma história que eu vivi da PIDE em Angola

ANO DE 1966, Norte de Vila Luso, capital do Moxico, Leste de Angola. Era uma noite sem luar, a tropa deslocava-se pela mata em chão direito. Na frente, nem um ruído de pisar pau ou folha seca. Vozes, nada. E a tropa eram muitos mais de cem.

Um pelotão de VCC (velinhos comó car...) ia na cabeça da coluna. Entre outras fomas desses trinta homens, uma das mais merecidas era a sua capacidade de se deslocar em completo silêncio. Aprendizagem feita nos olivais do Prior Velho e consolidada nas matas e capinzais do Norte de Angola, vinte meses atrás. Silêncio de passar despercebido, não para surpreender mas para passar ao lado. Tática que tinha mais a ver com John Lennon do que com os manuais de contraguerrilha.

O objectivo e o planeamento da missão eram da iniciativa da PIDE. Os pides indicavam o caminho. A abertura inesperada de nova frente na "guerra de Angola", a frente leste, que compreendia uma faixa de Henrique de Carvalho a Gago Coutinho, determinara um "modus operandi" diferente da "guerra do norte". No Norte, as coisas eram claras, gente a viver ou de passagem nas matas era o inimigo. No Leste, os movimentos de guerrilha tomaram a iniciativa em campo semeado de povoações, a partir de uma situação sem conflito aparente. Saber onde se acoitava o "turra" e, sobretudo, quem era "turra" não era fácil e punha conseqüentemente problemas novos às NT (nossas tropas) — daí a PIDE, já antes implantada no terreno, estar no centro das operações.

A PIDE recolhia informações, propunha operações, fazia prisioneiros, orientava campos de presos, torturava e assassinava. Um negro podia ser preso pelos motivos mais insignificantes, pela denúncia mais ridícula. Se entrava a porta da PIDE dali só saía morto. A "tese" era: uma vez torturado, o gajo falava o que sabia, se não sabia nada nem era "turra" com certeza que depois do "tratamento" a que fora sujeito se transformava num potencial "turra". Daí...

Eduardo Palaio* PÍDICO

Não era a guerra dos militares. O Estado-Maior sentia-se ultrapassado e pouco fazia para disfarçar o mal-estar.

Imagem disso era a do comandante da ZIL (Zona de Intervenção Leste), um tenente-coronel que, por sua vontade, naquele dia, seguia no pelotão dos VCC como simples soldado, em lugar que o alferes, um oficial miliciano, lhe determinara.

Souberam depois, com o clarear do dia, que se tratava de cercar uma povoação para capturar importantes quadros dos "turras" que ali iam estar. Toda a noite os guias fizeram o caminho algemados. Eram dois jovens negros, de menos de vinte anos, com dolorosas marcas nas faces do tratamento "persuasivo" a que os pides os submeteram para obterem a denúncia dos "subversivos" e do local de encontro.

Os pides rodeavam-nos e assim progrediam com eles. Levavam-nos, apesar dos dois negros irem algemados, na ponta das facas de mato. Espetavam-lhes as costas amiúde, sussurravam-lhes ameaças e pareciam tirar muito gozo disso. Exhibiam-se.

Outras vezes, em pequenas paragens, quase se punham meigos, prometiam-lhes liberdade, que ficariam a trabalhar com eles, boa vida: "Vocês não têm nada a ver com estes gajos, vocês não são matumbos". Falavam-lhes em recompensa — "logo que se prendam os gajos que vos andam a querer enganar". Diziam-lhes que eles já eram dos nossos.

A tropa estava por fora. Só dava escóita. Estava tudo tenso. Receava-se que fosse coisa em grande: o fim da comissão aproximava-se, "logo agora". A malta entregava a si própria, nas matas do Norte ou nas anhas do leste, sempre se saíam, houve sempre um trilho que dava para passar de lado; agora com esta companhia...

Cada vez se deslocavam em maior silêncio. Para o resto da tropa aquilo era um espanto. E tinham gente, entre os quais o maior, o Erme-

TERÇA-FEIRA, 5 MARÇO 1982
sinde, que comunicava simulando o canto de pássaros exóticos. Os pides não disfarçavam a admiração e redobravam o zelo, enterrando mais um pouco as lâminas das compridas facas nas costas sangradas dos jovens negros.

Avistaram logo o enorme quimbo, com as cubatas dispostas organizadamente em chão limpo e avermelhado, num declive suave. A acorrentar o conjunto estavam um ou dois esquadrões de dragões (tropa de cavalaria) e demais unidades de atiradores.

Num instante os pides tinham seleccionado e algemado uns quinze homens. A tropa nova ("maçariços") que nunca havia estado em zona de combates vigiava a multidão, silenciosa, de negros reunidos no terreiro central do quimbo. O chefe dos pides, ao que parecia um subinspector, um tipo licenciado, dizia-se, comandava os interrogatórios. Era uma coisa tipo auto-de-fé, no terreiro, dirigido para a assistência. Não se procurava esclarecer o que fosse, estava tudo decidido. Não berrava como os outros pides, usava de contenção, falava pouco e baixo, não se metia a espancar de cabeça perdida, aos impropérios, como os outros. "Snob", tinha os gestos estudados: deixava perceber uma crueldade fria, reconhecida, quando com um gesto curto ou uma ordem ciciada por entre os lábios finos se fazia obedecer. Com a pistola, de cão armado, mirava e remirava o rosto do negro. Apontava-a, num gesto lento, à cabeça e disparava rente às orelhas. Recitava uns passos e rápido desfechava de novo: um sulco de sangue do raspão da bala ficava a riscar a face do negro; que pontaria... Recomendava, de novo, e interrogava, com pausas, às vezes, quase sussurrando, outras. Ao mostrar-se irado apressava as palavras. Sempre seguro de si. Era só teatro, só o olhar gelado de péptil era autêntico.

Um dos negros, um homem gigantesco, forte que nem uma pacaça, era tido por ser o cabecilha, devia ser o tal catequista muito procurado. Se o era ou não, nunca os VCC o souberam; o que viram foi um homem grande de pé, sem que

ninguém o tivesse autorizado a deixar de estar sentado, cabeça erguida, desafiadora, assente num pescoço grosso, com a carapinha já um pouco grisalha, pés enormes e afastados para manter o equilíbrio que se revelava difícil tantas eram as coronhadas que os pides lhe faziam chover em cima. Algemado, afastava as pernas fortes para se manter de pé. Os pides bufavam de esforço e davam saltos grotescos para poderem dar de cima para baixo no homem gigante. O homem falava, falava sempre enquanto por toda a cabeça escorria sangue. Falava muito, na sua língua indígma (lutchagi?). Falava contra o tempo, sem tomar fôlego. Os pides, à mocada, tentavam calá-lo. Já tinha a boca disforme, cuspi sangue e ainda falava. O quê, ninguém dos brancos percebia. Só se via, pelo arrebatamento, que devia ser coisa importante. Era coisa gritada para dentro dos corações do povo dele. Parecia um falar para deixar recendo. Até que o derrubaram.

O comandante militar da zona, ali como simples soldado integrado nos VCC, impotente, mordia os lábios. O pelotão estava parado onde sempre estivera, na periferia do quimbo, a fazer segurança.

Aprestava-se a viagem de volta. Foi nessa altura que o comandante dos VCC, um alferes miliciano, entrou no quimbo, com duas seções, e de armas na mão e raiva no olhar, investiram contra os "maçariços". Num ápice, todo o saque foi devolvido ao quimbo. A gajada, atônita, largava os "souvenirs" pilhados nas cubatas: pentes em madeira trabalhada, colares, cestas, catanas, instrumentos musicais, máscaras, cachumbos-cabeça (m'topa), esteiras, uma bicicleta, um rádio, outros utensílios domésticos; tudo para decorar a casa no "Puto" e recordar "a guerra". As galinhas também foram devolvidas. Até graduados foram metidos em respeito: "Cabões de merda, gostavam que nas vossas terras a tropa entrasse, lhes arrombasse a porta, vos roubasse a casa..." Candidatos a incendiários foram contidos.

No entanto, quando o quimbo ficou para trás, a sua posição era assinalada pelo fumo de cubatas a arder.

A coluna ia aliviada. Afinal, fora só aquilo, não houvera azar. O comandante da ZIL ia silencioso. Mais à frente, dispensado o factor surpresa, as viaturas militares (Unimog, Diamang e as velhinhas GMC da 2ª Guerra) esperavam a tropa. O regresso não ia ser feito a pé.

Presos, vinham dezenas de negros, todos os homens do povo. Amassados e algemados, só os tais quinze. Quando faltava pouco para se chegar aos carros houve uma paragem. Os pides levaram os quinze, entre eles o homem grande, para o interior da mata, para um terreno descendente. Chiviram-se as rajadas. Mataram-nos a todos.

Da tropa, só dois soldados e um furriel miliciano assistiram — escapuliram-se da coluna e pediram para ver. De regresso, um trazia, para recordação, umas algemas onde o inox estava quase todo coberto de vermelho, de sangue. Exhibiu-as.

Os dois jovens que serviram de guias também foram abatidos aí. Quando a coluna encontrou o comboio de viaturas, verificou-se que não havia lugar para todos. Não tinham contado com tantos negros feitos presos.

O alferes comandante dos VCC, como quem se afugenta de uma poçanga, ofereceu-se para ficar com os seus homens, eram só trinta. Os carros que fossem para Vila Luso e voltassem a buscá-los, logo que aliviados da carga de negros, brancos e pides, que ele iria andando a pé, pelo mato, na esteira do trilho.

Imagine-se que cinco negros, supostos militantes da guerrilha do IN (inimigo), não é difícil supor, haviam estado durante bastante tempo de olho na tropa, bem de longe, onde só dá para ver os grandes movimentos, vigiando e avaliando, a olharem a espiral de fumo do lado do quimbo. Deram por a tropa emburrar no comboio de viaturas e logo que o trabalhar dos motores se perdeu na mata montaram-se em bicicletas e deitaram-se a correr velozes pelo trilho, com o coração apertado, a saberem o que se passara, de olho posto no stio.

Então não é que deparam de chofre com uma tropa (sáda donde?) que afinal não embarcaram nas viaturas e que anda em mais silêncio que cobra em árvore.

Dissidentes da UNITA formam tendência

O comandante dos VCC, o alferes, ordena que os cinco ciclistas sejam imediatamente separados, sem que abram a boca. Põe-os sob guarda apertada, revista-os, recolhe documentos identificativos. Não têm armas. Em separado, a cada um, pergunta de onde vêm e para onde vão (já que o fazem juntos, "pedalando", acrescenta). Negros de bicicleta, em excursão — numa área do tamanho do "Puto" não haveria mais de trinta negros com bicicleta. Bicycletas que proviriam, na maior parte dos casos, de compra na África do Sul com dinheiro ganho no trabalho das minas. As histórias que lhes ouviu o alferes (de venho de e vou para, a fazer...) não batiam certo, nenhuma coincidência. Se era gente militante, o inesperado era tão inesperado que não dera para ter conversa arranjada. Ao alferes pareceu que alguns dos nomes nos papéis de identificação não lhe eram estranhos. Mas as circunstâncias do encontro seguramente eram-no.

Parecia, por um bumbúrrio, que se estava na presença de importantes capturas. Os negros olhavam a tropa nos olhos, aqueles cinco. Não suplicantes, não soberbos. Olhavam tão-só.

Por fim, o alferes, chamou-os, um a um, e a todos disse coisas do género do que disse ao primeiro, um homem enxuto, de barba curta, cuidada, de olhar inteligente:

"Como é que te chamavas?", perguntava, a olhar os papéis, como se conferisse o nome. "Ah! Pois, Moisés, então és meu xará! [designação carinhosa que se dá a pessoa com o mesmo nome mas sem laço familiar] Oh Moisés, toma lá os papéis e vai-te embora, que és meu xará. Afónico, o negro esboçou um sorriso e, tal como os companheiros haveriam de fazer depois, pegou na bicicleta, primeiro andou uns passos com ela pela mão, adiante montou e sumiu-se rápido no trilho arenoso, entre o verde da mata desmaiado de poeira levantada pelos carros da tropa não fazia muito tempo. Nenhum dos outros quatro se chamava Moisés e todos, à sua vez, foram xarás. Leste de Angola, faltavam oito anos, ainda, da nossa guerra. ■

*ex-combatente na guerra colonial

Bill Morris,
em Washington

Dois conhecidos dissidentes do partido de Jonas Savimbi assistiram em Washington a um serviço religioso ecuménico por alma dos dirigentes da UNITA assassinados Tito Chingunji e Wilson dos Santos. Foi a única etapa fácil no seu itinerário político na capital americana, onde anunciaram a formação de uma Tendência de Reflexão dentro da UNITA.

Os dissidentes da UNITA Tony da Costa Fernandes e Nzau Puna participaram ontem num serviço religioso ecuménico da Igreja cristã nacional de Washington em memória de Tito Chingunji.

Os oradores, entre os quais se contava o próprio Tony Fernandes, elogiaram a verticalidade com que Tito Chingunji defendeu os seus ideais democráticos mesmo com o risco da sua própria vida. "Tito não morreu, Tito vive entre nós", afirmou Arlene Churn, uma das oradoras.

Um momento dramático na cerimónia foi aquele em que Tony da Costa Fernandes, ao recordar a sua amizade pessoal com Tito, começou a soluçar, acabando por descer da tribuna e por chorar convulsivamente nos braços do pastor Anthony Carpenter, que presidia à cerimónia.

A cerimónia terá sido, por todos os motivos, um momento raro na passagem dos dissidentes por Washington, que inclui encontros no Departamento de Estado.

Câmara dos Representantes. Partir de agora, Fernandes e Puna enfrentam na capital americana interlocutores desconfiados e com dúvidas acerca da sua credibilidade.

O ceticismo é mais pronunciado a respeito de Puna do que de Fernandes e tem várias causas. Uma é que Washington é terreno da UNITA, sendo difícil entrar um corredor do poder relacionado com Angola em que a sua influência não se faça sentir.

Outra, mais importante, é a ausência de explicações para certos factos relacionados com a sua espectacular deserção da UNITA e sobre a sua participação em certos eventos, como a própria morte de Chingunji e Santos.

Em relação a Miguel Nzau Puna, põe-se a questão de saber se participou de alguma forma no assassinio do antigo secretário da UNITA para os Negócios Estrangeiros e do seu representante em Washington. Interrogado sobre as suas eventuais responsabilidades no assassinio, logo após a deserção, Puna não se pronunciou sobre o seu papel. Só mais tarde negou qualquer envolvimento.

Diplomatas americanos e membros do Congresso aceitaram, ainda que não integralmente, a sua versão dos acontecimentos até Puna ter admitido, sob pressão, numa entrevista ao PÚBLICO, que presidira ao julgamento de Chingunji, Santos e do vice-presidente da UNITA Jeremias Chitunda, em Março de 1989. Puna ocultara até então esse facto e revelara que o sobri-

nho de Savimbi, Elias Salupeto Pena presidira ao julgamento, sem afirmar que este fora o seu substituto temporário.

"Que mais fez ele que não se sabe? O que é que ele tem a esconder? Agora suspeitamos que talvez tenha responsabilidades na morte do Chingunji", declarou ao PÚBLICO uma fonte da Câmara dos Representantes. A fonte prosseguiu: "Savimbi e os dirigentes da UNITA mentiram-nos sobre o que acontecera a Tito Chingunji e temos que ter a certeza que estes [Fernandes e Puna] também não estão a mentir".

Jeffrey Davidow, o braço direito do sub-secretário de Estado para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, interrogado pela "Voz da América" sobre a credibilidade dos dissidentes da UNITA declarou que vai depender das respostas "ao intenso interrogatório da Imprensa e de pessoas muito bem informadas sobre Angola". Disse também estar "muito interessado em saber se vão fundar um novo partido ou aderir a algum partido já existente" — numa alusão a rumores sugerindo a adesão ao MPLA de Puna e Fernandes.

Num encontro com jornalistas após o serviço religioso, Fernandes, Puna e Paulo Pijipolika desmentiram esta informação, anunciando a fundação da Tendência para a Reflexão sobre democratização e direitos humanos no interior da UNITA. Fernandes repetiu afirmações anteriores — "Nós não somos dissidentes da UNITA; nós somos membros plenos da UNITA. A UNITA não pertence a Jonas Savimbi" — e garantiu que tencionava regressar a Angola.

Recusaram-se contudo a dar pormenores sobre a sua iniciati-

va, que parece constituir uma alternativa à liderança de Jonas Savimbi, remetendo para a próxima semana a apresentação "do programa completo".

As dúvidas que começaram a recair sobre Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes são favoráveis à UNITA, depois de a notícia das mortes ter causado clamor no Congresso.

Vários legisladores prometiam a princípio tomar medidas e condenar o partido de Jonas Savimbi, não só pelas mortes, mas também "porque eles nos diziam sempre que estava tudo bem e na realidade não foram honestos", como admitiu publicamente Gil Kapen, chefe de gabinete republicano na sub-comissão africana da Câmara dos Representantes.

Quando nos gabinetes de alguns congressistas começaram a surgir rascunhos de cartas condenatórias de Savimbi e da UNITA, esta lançou um autêntico "blitzkrieg". Os "lobbyists" daquele partido angolano contactavam, às vezes diariamente, os gabinetes de influentes congressistas e senadores, nas palavras de uma fonte do Congresso, "com as desculpas mais disparatadas" para justificar os assassinios. "Diziam-nos que Tito era um traidor e que teria morrido antes se não fosse a protecção pessoal de Savimbi", adiantou a fonte.

Em todo o caso, o "blitzkrieg" da UNITA funcionou. Os projectos para o envio de cartas de condenação a Jonas Savimbi não ultrapassaram a fase do "rascunho". Já no Departamento de Estado se assistiu a um tragar de armas mais vigoroso. A porta-voz Margaret Tutwiler exortou a UNITA a respeitar os direitos humanos e considerou "crescentemente credíveis" as notícias da

morte de Chingunji e Santos, mesmo antes de a UNITA as ter admitido, numa carta endereçada por Savimbi ao secretário de Estado, James Baker. ■

EXPRESSO, SÁBADO 9 DE MAIO DE 1992

Simpósio da UNESCO em Cabo Verde

O SIMPÓSIO sobre «O Papel da África no Encontro de Dois Mundos» encerra hoje na Cidade da Praia, em Cabo Verde. Patrocinado pela UNESCO, o encontro, iniciado na segunda-feira, reuniu intelectuais e especialistas de vários países convidados por essa organização.

Diversos convidados portugueses participaram no simpósio, entre os quais Eduardo Portela, director-geral-adjunto da UNESCO, e José Augusto Seabra, embaixador de Portugal junto da organização.

O encontro foi considerado importante no quadro das comemorações do V centenário da descoberta da América, que têm lugar este ano, por permitir pôr em relevo a contribuição dos descobrimentos portugueses para o encontro de dois mundos.

Técnico 'abre' instituto em Cabo Verde

EXPRESSO
9 DE MAIO
1992

O INSTITUTO Superior Técnico (IST) e o Ministério da Educação cabo-verdiano estão envolvidos num projecto de cooperação que edificará, dentro de um ano, um Instituto Superior de Engenharia (ISE) em Cabo Verde. Derivada do relacionamento estabelecido quando da I Semana de Cooperação, realizada o ano passado, a acção visa criar um estabelecimento de ensino técnico que possa responder aos interesses do desenvolvimento do país e permitir aos estudantes cabo-verdianos uma formação superior inicialmente ministrada no próprio território, obviando às despesas complementares de uma estada em país estrangeiro.

Fruto do relacionamento directo entre as autoridades cabo-verdianas e a direcção do IST, esta movimentação tem vindo a ser apoiada pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e o próprio Ministério da Educação português.

O projecto prevê um currículo que concederá o bacharelato numa primeira fase, podendo os estudantes ingressar, imediatamente a seguir, no IST para finalizar o curso. Posteriormente, o ISE será dotado das condições para ministrar a integralidade do ensino da Engenharia. Estão já definidas as áreas das Engenharias Civil, Industrial e Naval e admitem-se outras, nomeadamente na especialidade de Informática.

Aproveitando a experiência de acções de formação a nível superior já a funcionar no país — caso da Escola de Formação de Professores e do pólo estabelecido na cidade do Mindelo, concedendo bacharelato nas áreas da Gestão e Marketing e da Contabilidade, através da colaboração tripartida da iniciativa privada, entidades cabo-verdianas e Instituto Politécnico de Lisboa — estabeleceu-se, no curto espaço de um ano, o plano curricular e a organização do curso, bem como os parâmetros de apoio dos professores portugueses.

Aspectos inovadores asseguram seriedade

O ISE deverá funcionar inicialmente na Cidade da Praia e as autoridades cabo-verdianas realçam a sua preocupação quanto à excelência da qualidade de ensino que se pretende venha a ter. Em declarações ao EXPRESSO, Manuel Faustino, ministro cabo-verdiano da Educação — que se deslocou a Lisboa para participar na II Semana da Cooperação —, manifestou-se nesse sentido: «Prendemos, a todo o custo, criar um pólo em que o ensino seja feito com o máximo rigor. Isso tem em linha de conta a seriedade da proposta aos nossos alunos, apresentando-lhes uma alternativa aos cursos no estrangeiro, mas também

o plano superior no plano regional». O ministro assegura estar a pensar em estudantes da Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, mas não só: «Também dos países francófonos, da costa ocidental do Continente».

O arranque do processo está previsto para Outubro, coincidindo com o ano lectivo, e este plano de cooperação entre Portugal e Cabo Verde tem outros aspectos que as autoridades africanas reputam de fundamentais. Manuel Faustino fez questão de adiantar que «esta colaboração não se fica pela importante instalação dos estudos de Engenharia. Aproveitamos esse facto para iniciar uma reestruturação profunda em todo o nosso 12.º Ano».

Não serão apenas os grupos ligados mais directamente aos currículos dos cursos de Engenharia que sofrerão alterações. A comissão portuguesa tem estado a trabalhar intimamente ligada à comissão cabo-verdiana de reestruturação do Ensino que procede à instalação do Ano Zero, uma espécie de ano propedéutico que contará com a participação de professores portugueses e em que os alunos usufruirão de aulas que facilitem a sua aprendizagem superior sem o desfasamento que se tem vindo a fazer sentir.

Este ano de características pré-universitárias tem já em atenção a exigência de rigor. Ao invés de baixar o currículo dos cursos superiores até ao nível dos conhecimentos dos alunos, o procedimento escolhido eleva a sua preparação prévia, permitindo a acessibilidade às matérias dadas no ensino universitário.

«Esperamos, dentro de um prazo médio aceitável, criar as condições para a autonomia deste Instituto de Engenharia. Sabemos que será sempre imprescindível a colaboração do IST, mas devemos preparar-nos para uma gestão autónoma». No complemento desta preocupação, Manuel Faustino informou da existência de um projecto paralelo, ainda com o IST, de pós-graduação de docentes e engenheiros cabo-verdianos, quer nas instalações do instituto lisboeta quer envolvendo outras instituições. Por isso, mas também na óptica de que os especialistas cabo-verdianos não são úteis ao seu país apenas quando residem em território nacional, o ministro Manuel Faustino reuniu, nesta sua deslocação a Lisboa, com diversos técnicos e engenheiros seus compatriotas que vivem em Portugal, analisando a sua disponibilidade para a participação directa nesta iniciativa pedagógica.

António Loja Neves

CIN cria fábrica na Guiné e tenta mercado de Madrid

EXPRESSO
8 DE MAIO DE 1992

A CIN-Corporação Industrial do Norte acaba de constituir na Guiné-Bissau, em associação com um empresário local do ramo, uma nova empresa que se dedicará à produção e comercialização dos produtos Cin naquele país.

A nova empresa tem a denominação de Tintas Cin Guiné e foi constituída com um capital social inicial de 248 mil pesos, detido maioritariamente pela Cin.

«Esta empresa vai iniciar a sua actividade com uma produção leve, dada a dificuldade em encontrar técnicos especializados. Começará por importar alguns produtos e irá evoluindo de acordo com as necessidades do mercado», disse ao EXPRESSO João Serrenho, administrador da Corporação Industrial do Norte.

Nos PALOP, esta empresa da Maia possui já participações no capital de duas unidades fabris, a Tintas Cin de Angola e a Tintas Cin de Moçambique, às quais presta assistência, tendo ainda um acordo de cedência de tecnologia com a Sita-Sociedade Industrial de Tintas, de Cabo Verde.

Constituída em 1926, a Cin dedica a sua actividade ao fabrico de uma vasta gama de produtos para os mais diversos campos de aplicação, como construção civil, acabamen-

tos industriais, protecção anticorrosiva, indústria naval, metalomecânica pesada, indústria gráfica e reparação automóvel.

A comercialização dos seus produtos no mercado nacional é feita através de uma rede de distribuição constituída por 40 estabelecimentos de venda próprios e de firmas associadas no continente e ilhas.

Da Galiza para Madrid

Em Espanha, principal mercado de exportação da empresa, a Cin possui uma associada com sede em Pontevedra, a Pinturas Cin Galicia, que promove a distribuição dos seus produtos no Norte de Espanha.

De facto, a expansão no mercado espanhol é um dos objectivos primordiais da empresa, que pretende no ano corrente consolidar e concentrar os seus negócios nos mercados onde já se encontra implantada.

«Pensamos vir a investir em força no mercado espanhol. Para além da nossa associada na Galiza, que começa agora a funcionar em moldes interessantes, estamos também a tentar entrar no mercado de Madrid. O nosso projecto é fazer uma 'joint-venture' com alguma empresa espanhola do ramo, a fim de aumentar a nossa penetração na-

quele mercado», afirmou João Serrenho.

Para o mercado nacional, a estratégia da empresa para 1992 consiste no reforço das áreas em que já trabalha, bem como no desenvolvimento de novos produtos, dedicando um esforço muito especial à redução da quantidade de solventes e compostos tóxicos incorporados nos produtos que fabrica.

No prosseguimento desta política de defesa do ambiente, a Cin vai realizar durante este ano um investimento de 200 mil contos na construção de uma estação de tratamento de águas (ETAR).

«Franchising» da Fractalis

Relativamente a novos produtos, a empresa acaba de estabelecer um contrato de «franchising» com a empresa holandesa Bridgefield, com vista à comercialização em Portugal das tintas decorativas Fractalis, uma nova gama que traduz um conceito inovador na arte decorativa.

Além da Cin, são parceiros da Bridgefield neste projecto a Valentine (Espanha), a Wynn-Bristol (Bélgica), a Bristol (Países Baixos) e a Rossetti (Itália), obedecendo o lançamento destes produtos a uma

estratégia de «marketing» previamente definida por todos os parceiros europeus.

No nosso país esta operação representa um custo de 45 mil contos que será integralmente suportado pela Cin, incluindo, além do material de promoção, todas as acções de «marketing» junto dos líderes de opinião e entidades ligadas ao sector da construção civil e decoração.

O grupo Cin (que inclui as empresas Lacose e Sotince) encerrou o exercício de 1991 com um volume de negócios superior a 10 milhões de contos, o que representou um crescimento global de 10,8 por cento em relação ao ano passado, tendo atingido um resultado depois de impostos de 460 mil contos.

Com um activo total consolidado superior a 8,2 milhões de contos, o grupo Cin apresenta um valor próximo dos cinco milhões de contos de capitais permanentes, com um fundo de maneiço de dois milhões de contos. A autonomia financeira do grupo ultrapassa os 49 por cento.

A Cin possui um capital social de dois milhões de contos, detido em 53,8 por cento pela «holding» da família Serrenho, a SF-SGPS, estando o restante disperso em bolsa.

Alexandra Martins

Norpedip lança fundo de capital de risco

A NORPEDIP associou-se à Associação Industrial Portuense na dinamização de um projecto de capital de risco para Moçambique. O objectivo é congregar um conjunto de 30 empresas, de ramos de actividade complementares, que funcionem como pólos de desenvolvimento industrial em Moçambique.

O projecto já tem nome: Sociedade de Promoções Empresariais Luso-Moçambicanas (SPELM), tem sede na Exponor, em Matosinhos, e delegação no Maputo. Vai arrancar com um

capital de 50 mil contos, que poderá ser aumentado até 300 mil. Os accionistas são, além da Portuense e da Norpedip, a Associação Industrial de Moçambique (AIMO), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) e o Instituto para o Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL).

Em fase de criação, a SPELM vai funcionar como sociedade de prestação de serviços especializados, não lucrativa, para apoiar a instalação em Moçambique de um conjunto de pe-

quenas e médias empresas portuguesas, na sua maioria ligadas a sectores tradicionais (têxteis, metalomecânica e agro-alimentar, entre outros). O ponto de partida foi um estudo da AI Portuense onde se considera que, "nas condições objectivas actuais, é empreendimento comprometido a instalação de empresas portuguesas isoladas, dada a inexistência de um verdadeiro ambiente empresarial", nomeadamente nas vertentes de recursos humanos, financeira e mesmo política. Mais contundente,

um elemento ligado ao processo não hesita em afirmar: "Nas condições, uma empresa sozinha morre".

Entre as funções da sociedade está a análise das oportunidades de mercado e a definição dos sectores de actividade a escolher, bem como o número e características das empresas. O projecto contempla também a criação de um fundo de capital de risco (de valor ainda não concretizado) para apoiar os investimentos inerentes ao projecto. ■

Luisa Bessa

Crise política em São Tomé e Príncipe

Todos à espera da decisão de Trovoada

Do nosso enviado
Jorge Heitor
em São Tomé

Um engenheiro químico de 41 anos espera que "o bom senso prevaleça" e que o Presidente Miguel Trovoada o indigite primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, pequeno país situado sobre a linha do Equador. A espera dura há uma semana e poderá ainda arrastar-se por mais alguns dias.

O ministro são-tomense dos Assuntos Económicos e Financeiros, Norberto Costa Alegre, cujo curso de engenharia química começou em Lisboa e terminou em Maputo, declarou ao PÚBLICO esperar que o bom senso prevaleça e que o Presidente Trovoada o nomeie primeiro-ministro, tal como propôs há oito dias o Partido da Convergência Democrática (PCD), que tem 29 dos 55 deputados.

Norberto Costa Alegre, cuja acção ministerial já foi elogiada pelo Banco Mundial, disse-nos que nos últimos 13 meses se conseguiu reabilitar a imagem do país e que a situação económica é agora a melhor dos últimos oito anos, apesar de uma dívida externa — "extremamente elevada" — de 200 milhões de dólares.

O ministro que há oito dias espera luz verde da Presidência para suceder a Daniel Daino, demitido por "deslealdade institucional", recordou-nos que mais de 90 por cento das receitas de

São Tomé e Príncipe provém do cacau, que tem andado em baixa, falou-nos do relançamento económico em curso, da inflação que no último ano foi de 40 por cento e da aposta que está a ser feita na reabilitação das infra-estruturas.

Segundo Costa Alegre, São Tomé quer ser uma praça financeira importante, um local de passagem entre várias regiões do mundo e um centro de turismo, pelo que haverá a fazer um esforço ainda muito maior do que o tentado desde a derrota eleitoral do MLSTP, em 20 de Janeiro do ano passado.

Para que o reajustamento estrutural prossiga sem sobres-

saltos, é essencial que em Junho se concretize em Genebra a mesa redonda sobre a renegociação da dívida externa, que deve reunir Portugal, Angola, Rússia, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um escritor na Defesa

Outro dos ministros são-tomenses com quem ontem conversámos, o da Defesa, Albertino Bragança, de 48 anos, explicou-nos que Norberto Costa Alegre — "fechado, pouco aberto ao diálogo" — acabou por ser escolhido pelo PCD devido ao seu "prestígio junto às instituições internacionais".

Ele próprio, escritor, autor do livro "Rosa do Riboque", poderia ter sido proposto, como figura moderada e bem relacionada com o Presidente da República. Mas apostou-se na capacidade de trabalho e não na

popularidade — elucidou.

Bragança, antigo futebolista da Académica e do União de Coimbra, foi o ano passado parar à pasta da Defesa porque em tempos tivera a patente de alferes miliciano no Exército português, de 1968 a 1972, havendo passado por Mafra e Torres Novas.

Actualmente, tem um plano para que as Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, "apartidárias, sem vocação para golpes de Estado", sejam aumentadas de cerca de 500 para perto de 800 homens, incluindo oficiais, sargentos e praças.

Dez anos mais novo, muito agitado, é o ministro da Justiça, Olegário Tiny, que acusa o Presidente Trovoada de haver tentado exorbitar os seus poderes e procurado que o primeiro-ministro afastasse alguns dos membros do Governo; designadamente, Norberto Costa Alegre e a mulher deste, Alda Bandeira, titular dos Negócios Estrangeiros.

Olegário, irmão de Carlos Tiny, antigo ministro da Cooperação, afirmou-nos que as diver-

gências quanto à delimitação de poderes se explicam, pelo menos em parte, por o Presidente da República seguir a prática constitucional francesa e o PCD a portuguesa: "Trovoada tende muito mais a ver-se como Mitterrand do que como Mário Soares".

O ministro da Justiça declarou ao PÚBLICO ter considerado "anti-democrático e muito mau precedente" o facto de o chefe de Estado haver demitido o primeiro-ministro na véspera da votação de uma moção de confiança e quando também já havia sido apresentada uma moção de censura.

Quem também acusa Miguel Trovoada de "procurar exorbitar um pouco as suas funções" é o líder parlamentar do PCD, Filinto Costa Alegre, de 39 anos, irmão do proposto primeiro-ministro: "Ele está a pôr em causa os fundamentos do sistema".

Filinto defende a necessidade de se repensar o processo de desenvolvimento do país: "Pessoalmente, creio que o PCD deveria retirar-se do Governo. Não tivemos tempo de reflectir. Constituímo-nos como partido em Novembro de 1990 e dois meses depois ganhávamos as eleições. Não há estudos. Temos uma indigência intelectual. Não existe a percepção do que há a fazer...". ■

São Tomé e Príncipe

Portugal tem a palavra

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em São Tomé

Dois constitucionalistas portugueses estão reunidos com juristas são-tomenses, procurando uma solução para o conflito constitucional existente, de modo a que, dentro de poucos dias, o Presidente Trovada possa tomar uma decisão sobre o novo primeiro-ministro. Daqui a 15 dias chegam os instrutores portugueses. A vida de São Tomé continua a passar por Portugal.

Dois juristas portugueses que se prestigiaram no Tribunal Constitucional, Armando Marques Guedes e Vital Moreira, chegaram ontem à noite de Lisboa a fim de ajudarem a Presidência da República e o partido maioritário de São Tomé e Príncipe a ultrapassarem o diferendo que os opõe, quanto a diferentes interpretações de uma Constituição redigida a partir de um modelo próximo do português.

Depois das suas reuniões de trabalho com os juristas locais, os visitantes deverão deixar o caminho aberto para que no fim desta semana o Presidente Miguel Trovada indigite ou não Norberto Costa Alegre, que o Partido Convergência Democrática (PCD) propõe para o cargo de primeiro-ministro.

Na segunda quinzena deste mês, em mais de uma prova dos laços preferenciais de São Tomé e Príncipe com Lisboa, ultrapassadas que foram as amizades soviéticas e cubana, chegam os quatro instrutores militares portugueses que vêm dar 45 dias de formação a 150 recrutas são-tomenses.

O recurso que as actuais autoridades do país estão a fazer a Portugal, em domínios tão diversos como o constitucional, o militar, o médico ou o da gestão hoteleira, corresponde ao desejo expresso de uma parte da população, que não esconde a sua nostalgia pelos tempos da Administração portuguesa.

Em mais de 16 anos de independência, São Tomé e Príncipe não construiu novas estradas, nem liceus, nem hospitais. Apenas um Palácio de Congressos (oferta da China), um hotel (de arquitectura jugoslava) e uma fábrica de cerâmica. Vários prédios da capital estão abandonados, a cair aos bocados, o único

bairro novo é o dos cooperantes portugueses.

O paludismo, a hepatite e a SIDA atacam uma população que tem dificuldades em encontrar medicamentos, sendo o melhor hospital o da antiga roça Rio do Ouro (agora Agostinho Neto), que conta com o apoio de médicos portugueses.

O Produto Nacional Bruto per capita mal chega aos 250 dólares e a pesca artesanal é a primeira fonte de proteínas: cada habitante consome em média 40 quilos de peixe num ano e apenas quatro quilos de carne, segundo nos disse o ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, Norberto Costa Alegre, que está há nove dias à espera de ser indigitado primeiro-ministro.

Ensinar a Europa

É para este povo assim carente e bem longe dos padrões de vida do hemisfério Norte que a embaixada de Portugal e o Centro Cultural Português, dirigido pelo escritor Manuel Pope, esta semana organizaram em São Tomé um seminário sobre a Comunidade Europeia, em que intervevem — a partir de hoje — os eurodeputados Manuel Lopes Porto e Mendes Bota.

Por outro lado, a embaixada de Portugal, de que é titular Eugénio Anacreta Correia, e a Direcção Geral são-tomense da Comunicação Social promoveram um concurso para os melhores trabalhos que na rádio, na televisão ou nos modestos jornais do país (quinzenários ou mensários) se façam sobre... a Presidência Portuguesa da CE.

O primeiro prémio é um televisor a cores e o segundo 50 mil dobras (perto de 25 mil escudos), o que significa mais do que o ordenado de um ministro, mas não dá para as despesas mensais de uma família, pelo que toda a gente aqui tem de arranjar "esquemas" vários de sobrevivência, para além do seu emprego oficial.

O Centro Cultural Português tem uma vasta biblioteca, frequentada diariamente por cerca de 80 pessoas, projecta filmes ao sábado (esta semana é o "Cinema Paraíso") e empresta vídeos, designadamente de clássicos como "Ribatejo" e "Pai Tirano", mas também de gravações feitas a partir da RTP.

A embaixada está actualmente interessada em que a acção deste Centro Cultural se alargue a Libreville, no Gabão, onde poderia ter um desdobramento. Para isso, é possível que Armando Marques Guedes, presidente do Instituto Luís de Camões, aproveite a sua vinda a São Tomé para daqui se deslocar ao país de Omar Bongo, onde há portugueses a trabalhar no comércio, na construção civil e nos serviços. ■

Deputado defende associação com Portugal

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em São Tomé

Um deputado e empresário são-tomense, antigo ministro, entende que o seu país começa a mostrar-se inviável e que uma saída possível seria a associação a Portugal, tal como alguns territórios das Caraíbas e do Pacífico estão associados à Grã-Bretanha ou aos Estados Unidos.

O deputado independente Fradique de Menezes, presidente da Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura, declarou ontem ao PÚBLICO que a resolução dos problemas de São Tomé e Príncipe não passam pela escolha deste ou daquele partido: "O que importa é saber fazer as coisas, gerir e administrar."

Fradique de Menezes, 50 anos, que fez a tropa em Moçambique como oficial miliciano português, depois do que se licenciou na Bélgica em psicologia clínica, afirmou-nos que "os 16 anos de independência foram um desastre e o país começa a tornar-se inviável", pelo que o melhor seria uma associação, de natureza predominantemente económica, com a antiga potência administrativa.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação no período de 1986/87, antigo embaixador na Comunidade Europeia, na Bélgica e na Alemanha, Menezes, que no mês passado abandonou a bancada parlamentar do MLSTP, reivindicando o estatuto de independente, defendeu para São Tomé e Príncipe "um estatuto um pouco mais avançado do que o da Madeira e dos Açores", com direito a bandeira e hino próprios.

Um filho num quarto independente

No entanto, na sua óptica, a política externa do arquipélago poderia ser dirigida a partir do Palácio das Necessidades. A nova situação de São Tomé e Príncipe seria então como a de um filho que — an-

dando com dificuldades — se acolheria a um quarto independente na velha casa familiar. "durante uns dez ou 20 anos".

Fradique de Menezes, um empresário que se dedica à importação e exportação, e também dirige uma agência marítima, disse-nos que estas ilhas não perderiam a sua identidade e independência se se associassem a Portugal. "Se a Europa está a avançar para o desaparecimento das fronteiras, por que é que nós havemos de ser tão finos e querer um isolamento que não podemos assumir?".

"O descalabro a que se assistiu a partir da proclamação da independência (a exportação do cacau passou de 11 mil para cinco mil toneladas) deve-se à grande falta de gestores ou de administradores. É necessário diversificar a economia e mudar a mentalidade de muitos políticos", diz. "Devia abrir-se completamente o país, com todo o risco que isso comporta. Devia permitir-se maior liberdade, mesmo que apareçam alguns empresários menos sérios. São precisas pessoas que saibam fazer as coisas", defendeu Menezes, actualmente um dos seis deputados independentes numa Assembleia de 55 lugares.

Governo iminente

Enquanto isto, o ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, Norberto Costa Alegre, admitiu ontem ao PÚBLICO que o Presidente Miguel Trovada o possa indigitar para o cargo de primeiro-ministro, ainda antes do fim de semana, conforme há dez dias foi proposto pelo Partido da Convergência Democrática (PCD), que é maioritário, com 29 deputados.

Se acaso se ultrapassar a presente crise política são-tomense — acerca da qual as autoridades ouviram o parecer dos constitucionalistas portugueses Armando Marques Guedes e Vital Moreira, o próximo confronto entre os diversos grupos deverá ser por ocasião das eleições autárquicas, no segundo semestre deste ano. E, entretanto, poderá surgir um partido desejado por parentes, colaboradores e amigos do Presidente Trovada.

Constitua-se ou não nos próximos dias um segundo Governo do PCD, alargado a independentes, muitos admitem que será difícil levar até ao fim a legislatura de quatro anos com as eleições de 20 de Janeiro de 1991. ■

Dúvidas sobre a nomeação do primeiro-ministro

O PRESIDENTE Miguel Trovoada decidiu aparentemente encarregar o ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, Norberto Costa Alegre, de formar Governo, mas ainda não o fez formalmente; e o assunto continua a arrastar-se, dependendo em parte de uma nova reunião que hoje se deverá efectuar.

Na sexta-feira e no sábado o Presidente da República recebeu Costa Alegre, proposto pelo Partido da Convergência Democrática (PCD) para primeiro-ministro, e disse-lhe que precisariam de conferenciar sobre a estrutura do novo Governo, que sucede ao de Daniel Dáio, ainda em gestão.

No entanto, a situação ficou algo confusa, pois a Comissão Política do PCD, reunida ontem, entendeu que Trovoada deveria ter sido mais explícito, indigitando por escrito o engenheiro Norberto Costa Alegre, em vez de deixar apenas no ar a intenção de o aceitar, duas semanas depois de o nome lhe haver sido proposto pelo partido maioritário — disse ao PUBLICO um dos intervenientes nos trabalhos, o ministro da Justiça, Olegário Tiny.

Se bem que as agências noticiosas Lusa e Reuter já houvessem noticiado a aceitação pelo

Presidente do nome proposto pelo partido que detém 29 dos 55 deputados, a verdade é que muitas incógnitas permanecem ainda no ar e que o ambiente entre as duas partes se mantém tenso, como tem vindo a acontecer desde há alguns meses.

Tiny, um dos ministros mais críticos das acções presidenciais, afirmou-nos que a Comissão Política do seu partido encarava ao princípio da tarde de ontem a hipótese de dirigir uma carta ao Chefe do Estado, convidando-o a pronunciar-se claramente sobre se Costa Alegre está ou não indigitado como primeiro-ministro.

Sábado à noite, a televisão e o rádio de São Tomé, citando fontes da Presidência, falavam de primeiro-ministro "presentido", expressão que é contestada pelo titular da pasta da Justiça, como fazendo parte da terminologia francesa e não da portuguesa. Era a continuação da velha guerra a que no arquipélago se tem vindo a assistir, entre os seguidores de uma prática constitucional portuguesa e os "afrancesados", como nos meios governamentais é considerado Gabriel Costa, assessor presidencial para assuntos políticos e jurídicos.

Na sexta-feira deixaram o

país os constitucionalistas portugueses Vital Moreira e Marques Guedes, que deram uma ajeição sobre a faculdade de Miguel Trovoada acabar com o mandato de um Governo e recusar um primeiro-ministro proposto pelo partido governamental.

Julgaram ter esclarecido os aspectos jurídico-constitucionais do conflito entre os diversos órgãos são-tomenses de soberania. Mas a verdade é que a situação permanece confusa, até porque — como nos disse a semana passada o Presidente Trovoada — o problema é muito mais político do que jurídico. E envolve uma boa dose de animosidades pessoais, parte das quais com raiz no período de transição para a independência de São Tomé e Príncipe, há 17 anos.

O Chefe do Estado recebe hoje, uma vez mais, Norberto Costa Alegre, que deverá ser acompanhado pelo ministro da Defesa, Albertino Bragança, uma figura moderada, susceptível de fazer a ponte entre Trovoada e a parte mais radical do PCD. Mas não há a certeza de que todos os conflitos fiquem sanados nem de que se consiga formar um Governo de longa duração. ■

João Heitor

Escândalo envolve espião-chefe de Pretória

David Beresford em JOANESBURGO

O ENVOLVIMENTO do Estado sul-africano na violência policial lançou nos últimos dias algumas sombras sobre o prosseguimento das negociações constitucionais em curso no país, cujo reinício está marcado para a próxima sexta-feira.

O dado mais chocante foi a alegação de que o chefe dos Serviços Secretos militares terá ordenado o assassinio de Mathew Goniwe, em 1985 — uma morte que se tornou um dos crimes políticos mais emblemáticos da África do Sul. Os corpos mutilados de Goniwe e três companheiros foram encontrados junto à carcaça do seu carro, incendiado numa estrada perto de Port Elizabeth. O Governo sul-africano afirmou na altura que eles teriam sido

vítimas da violência de «negros contra negros».

No entanto, um jornal de Joanesburgo acaba de revelar que tem provas documentais de que os quatro homens foram mortos por ordem do Conselho de Segurança do Estado, um organismo chefiado pelo Presidente e que inclui alguns ministros.

O «New Nation» reproduziu uma ordem «top secret» das forças de segurança que mais parecia pôr a prêmio a cabeça de Goniwe. Enviada no dia 7 de Junho de 1985 — 20 dias antes dos quatro terem sido encontrados mortos —, com a chancela do actual chefe dos serviços secretos militares, o então brigadeiro (agora general) C. P. Van der Westhuizen, a nota «propõe» que três activistas anti-«apartheid» citados «sejam abolidos da sociedade, com urgência».

Dois dos três nomes indicados, incluindo o próprio Goniwe, estão entre os mortos. O terceiro nomeado não estava entre as vítimas...

As forças de defesa da África do Sul recusaram-se a comentar o documento, cujas implicações são enormes. Para além de envolver uma das mais importantes figuras dos serviços de segurança, levanta também questões sobre possíveis complicitades de outros membros do actual Governo, na altura membros do Conselho de Segurança do Estado.

O documento surge nas vésperas da segunda sessão plenária da CODESA — o fórum para as negociações constitucionais —, que tem início na sexta-feira. Embora o assassinio de Goniwe seja anterior à presidência de De Klerk, o efeito de choque do caso terá um grande impacto.

Deputado bombista

O DEPUTADO sul-africano Koos Botha, recentemente expulso do Partido Conservador (CP), confessou ontem estar envolvido no atentado bombista que destruiu, no ano passado, uma escola em Pretória. Botha afirmou que um dos factores que contribuíram para a sua decisão de destruir a escola, recentemente aberta a todas as etnias, foi a sua frustração pela relutância dos conservadores em aderir às conversações para as reformas no país. O envolvimento de responsáveis do CP em atentados contrasta com a recusa do Partido em participar em negociações com o Congresso Nacional Africano sob o pretexto de que esta é uma organização "terrorista". ■